

Revista Científica



v.1 n.1 janeiro/dezembro 2024



www.editorahawking.com.br/

 **hawking**
EDITORA

Investigação Científica,
Acadêmica e profissional

Revista Científica FADICT
v.1 n.1 janeiro/dezembro 2024

EDITORIAL: Betijane Soares de Barros
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Autores
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira da Silva
DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking



O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.

A Revista FADICT está sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista FADICT a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista FADICT /Editora Hawking
- Vol 1, n.1 (2024) – Maceió – AL: Editora
Hawking, 2024 – Anual

ISSN 2965-9906

1. Revista FADICT – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

Editora Hawking
2019

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, CEP 57057-780 Disponível em: www.editorahawking.com.br editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001) Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP,

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC,

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO,

2019) Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016) Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela

Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)
Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015) Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadolli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)
Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)
Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)
<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016) Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000) Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004) Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP, 2004) Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006) Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009) Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)
<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006) Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadolli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

EDITORIAL

A Revista Científica FADICT (ISSN) foi criada em 2024, como decorrência de ações que visavam à implementação do conhecimento científico. E tem como objetivo disseminar resultados e reflexões advindos de investigações conduzidas nas áreas de educação, ciências, saúde, gestão, direito, administração, tecnologia e outros, com ética e eficiência, de forma a contribuir para a consolidação das áreas, para a formação de pesquisadores, e para a produção de conhecimentos, que fundamentem o desenvolvimento de ações educativas responsáveis e comprometidas com a melhoria do conhecimento científica e com o bem-estar social. De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Científica FADICT, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. A opção por uma publicação visa aproximar os trabalhos originais e inéditos nos diferentes domínios de Estudos. Se percebido do ponto de vista social, as questões mudam juntamente com a perspectiva. A soberania, por exemplo, deixa de ser uma esfinge e passa a ser percebida como um fato da vida. Do mesmo modo, os elementos que mais chamam a atenção passam a ser aqueles relacionados à interação entre sistemas.

Sejam bem-vindo e boa leitura.

Betijane Soares de Barros

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CENÁRIO INTERNACIONAL/1980

Idabel Nascimento da Silva	
Betijane Soares de Barros.....	01

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ALAGOAS: Uma análise dos pressupostos teórico-metodológicos

Janaina Marcia da Silva	
Andrea Marques Vanderlei Fregadoli.....	15

SABER PENSAR E INTERVIR

Nádia Popilnicki	
Idabel Nascimento da Silva	
Severino Soares do Nascimento	
Maria da Silva.....	26

CYBERCULTURALISMO NOMOFÓBICO: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Sandro Moretti	
Simone Maria dos Santos Vanderley	
Betijane Soares de Barros.....	40



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CENÁRIO INTERNACIONAL/1980

Idabel Nascimento da Silva¹
Betijane Soares de Barros²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as transformações e desafios enfrentados por jovens e adultos no cenário internacional a partir da década de 1980, considerando os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. A utilizada para atingirmos esse objetivo, foram realizadas pesquisas em fontes acadêmicas e especializadas, análise de dados históricos e revisão da literatura sobre o tema. Foram considerados estudos e relatórios que abordam as mudanças ocorridas no mundo a partir da década de 1980 e seu impacto na vida dos jovens e adultos. A partir da análise realizada, foi possível observar que os jovens e adultos no cenário internacional enfrentaram importantes transformações e desafios a partir da década de 1980. A globalização, as mudanças tecnológicas, os movimentos sociais e culturais influenciaram diretamente a vida desses grupos, exigindo maior qualificação profissional, engajamento político e social, e uma nova forma de expressão cultural. O período foi marcado por uma busca por igualdade, justiça e direitos, impulsionando ações e políticas em prol da juventude e da população adulta. Essas mudanças moldaram as experiências e perspectivas dos jovens e adultos, refletindo um cenário dinâmico e desafiador no âmbito internacional.

Palavras-chaves: Educação; Jovens; Adultos.

¹ E-mail: idabelandia2016@gmail.com

² E-mail: bj-sb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, os jovens e adultos no cenário internacional passaram por diversas transformações e desafios significativos. Nesse período, houve um aumento na globalização, que trouxe consigo mudanças econômicas, sociais e culturais que impactaram diretamente a vida desses grupos.

No campo econômico, a entrada de novas tecnologias e a expansão do comércio internacional criaram oportunidades de emprego, mas também aumentaram a competição e a exigência por qualificação profissional. Isso levou muitos jovens e adultos a buscarem por educação e capacitação para se manterem competitivos no mercado de trabalho.

No aspecto social, a década de 1980 foi marcada por movimentos sociais e políticos que buscavam maior igualdade, justiça e direitos para os jovens e adultos. Questões como direitos humanos, igualdade de gênero, diversidade e inclusão se tornaram cada vez mais importantes e influenciaram as políticas públicas em diversos países.

Além disso, a cultura e o entretenimento também tiveram um papel significativo nesse período, com o surgimento de novas formas de expressão artística, como o hip-hop, o punk e a cultura

pop, que refletiam as preocupações e aspirações da juventude da época.

Em resumo, a partir da década de 1980, os jovens e adultos no cenário internacional passaram por um período de transformações profundas, marcado por desafios e oportunidades que moldaram suas experiências e perspectivas para o futuro.

METODOLOGIA

Para atingir esse objetivo, foram realizadas pesquisas em fontes acadêmicas e especializadas, análise de dados históricos e revisão da literatura sobre o tema. Foram considerados estudos e relatórios que abordam as mudanças ocorridas no mundo a partir da década de 1980 e seu impacto na vida dos jovens e adultos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

Partindo do princípio de que as políticas educacionais de natureza internacional, na atualidade, devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e espaciais que caracterizam o seu tempo, podemos afirmar que, no mundo contemporâneo, as reformas educativas, executadas em vários países, sobretudo, europeus e latinos americanos nos últimos 20 anos, coincidem com a recomposição do

sistema capitalista mundial, o qual incentiva um processo de reestruturação global da economia, regido pela lógica neoliberal de globalização do capital que se configura. Este fato ocorre, sobretudo, a partir dos anos 80, quando, segundo Libânio (2005, p. 81-82), a mobilidade do capital deixa os governos fragilizados e gera grande instabilidade nas economias dos países emergentes. Nesse sentido, a educação integrada no sistema social total sofre os efeitos dessas mudanças e influências nos novos arranjos do sistema social total. Afirma o mesmo autor, que uma outra característica desta nova lógica da ordem mundial é a crescente limitação dos poderes dos Estados nacionais, que têm como extensão a ampliação da autonomia do mercado, a interdependência econômica e o aumento do poder transnacional. E, ainda, que o poder decisório do capital transnacional não é desconcentrado e desarticulado, como pode parecer em um primeiro momento; ao contrário, é cada vez mais articulado e concentrado. O poder de decisão de todas as formas de definições políticas está concentrado e direcionado numa lógica globalizante, onde propicia que o global incida sobre o local e o local sobre o global, confirmando o previsto no relatório de Delors (2001, p. 9). Nesta relação, a educação passa a ser produto dos interesses, sobretudo, econômicos, dos grupos hegemônicos, na medida em que a

relação política e estrutural operacional, depende das definições e flutuações dos processos econômicos de que os cenários mundial, nacional e local necessitam (PRESTES & MADEIRA 2001, p. 23).

Geralmente os efeitos dessa integração resultam em políticas educacionais que respondem as necessidades do poder econômico e político instituído, fazendo da educação mais um instrumento de sua manutenção e ou aprimoramento. Neste cenário global, o papel da educação amplia-se de forma considerável. Logo, é, também a partir do que ocorre no mundo econômico e sua repercussão nos enfoques políticos recentes que buscamos acompanhar as relações definidoras da educação para avaliar seu papel social. No caso especial, da educação para jovens e adultos, objetivando constatar se a introdução das reformas educativas em pauta no Brasil, constitui uma tendência internacional – decorrente das necessidades e exigências geradas pela reorganização produtiva do mundo globalizado – e de suas influências nos contextos nacional e local.

Para efetivarmos esta análise, buscamos, nos indicadores sociais, internacionais e nacionais os subsídios para interpretar as razões que levaram à formulação das recentes políticas expressadas nos vários Fóruns Internacionais, onde foram discutidas e definidas as políticas de educação dos

últimos anos. Simultaneamente, e de forma particular, procuramos, destacar os principais documentos internacionais, fruto dessas discussões, e que, na história recente vêm impulsionando de forma mais marcante a reestruturação no tratamento das políticas e programas sociais, na especificidade da educação jovens e adultos - EJA.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA OS A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

Os principais desafios enfrentados por jovens e adultos no cenário internacional a partir da década de 1980 incluem:

1. Competitividade no mercado de trabalho: Com a globalização e o avanço tecnológico, houve um aumento da concorrência e da exigência por qualificação profissional, tornando mais desafiador para jovens e adultos conseguirem empregos e se manterem competitivos.

2. Desigualdade social e econômica: A disparidade de renda e oportunidades entre diferentes grupos sociais se acentuou, criando dificuldades para jovens e adultos de camadas menos favorecidas alcançarem seu potencial e garantirem um futuro sustentável.

3. Acesso à educação de qualidade: Nem todos os jovens e adultos têm acesso a uma educação de qualidade, o que limita suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

4. Questões ambientais e sustentabilidade: A crise ambiental e a mudança climática representam desafios urgentes que impactam diretamente o futuro dos jovens e adultos, exigindo ações concretas para mitigar os efeitos e promover a sustentabilidade.

5. Desafios políticos e sociais: Movimentos políticos extremistas, crises humanitárias e conflitos armados ao redor do mundo criam instabilidade e incerteza para jovens e adultos, afetando seu bem-estar e segurança.

6. Saúde mental e bem-estar: O estresse, a ansiedade e a pressão social são desafios comuns enfrentados por jovens e adultos, que muitas vezes precisam lidar com questões de saúde mental e buscar apoio adequado.

Esses desafios refletem um cenário complexo e dinâmico no qual os jovens e adultos precisam navegar, buscando soluções criativas e colaborativas para enfrentar os obstáculos e construir um futuro mais justo e sustentável.

PRINCIPAIS DOCUMENTOS QUE IMPULSIONARAM AS CONQUISTAS PARA A EJA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Principais documentos que impulsionaram as conquistas para a EJA no cenário Internacional Segundo relatório da UNICEF (1999) 4, os anos 80 foram também, marcados pela crise da dívida externa, quando os bancos comerciais param de emprestar recursos aos países em desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional (FMI), junto com o Banco Mundial⁵, começaram a re-financiar empréstimos já existentes, exigindo ajustes estruturais. Os serviços do setor público, inclusive a educação, foram seriamente afetados. As condições educacionais internacionais postas em relevo nos anos 80 se associavam a outros fatores sociais, indicadores de pobreza e de discriminação em todos os níveis. Este quadro social transformou a década de 80, no período de maior promoção de discussões Internacionais estimulando a ruptura da discriminação de todas as espécies.

Foi nos anos 80 inclusive, que se deu início ao calor do debate sobre a aplicação do previsto na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ocorrida em 1979 em San Salvador. Sobre este tema, em março de 1985, em Nairobi, foi realizada a Terceira Conferência sobre a Mulher

fortalecendo a discussão de gênero no mundo. Nesta Conferência, o fator educacional esteve presente de forma imponente quando foi declarado entre os governos que a educação é fator básico para a melhoria do status da mulher, estimulando a eliminação de estereótipos de gênero discriminatórios do material educacional presente nos livros e textos didáticos, bem como a inclusão dos estudos sobre a mulher nos currículos e pesquisas acadêmicas. Mas a década de oitenta também foi referência de importantes iniciativas políticas e de surgimento de movimentos de cunho internacional. Nesse sentido, por iniciativa da UNESCO, em 1987, no México, foi instalado o Decênio Mundial de Desenvolvimento Cultural, previsto para conclusão em 1997, do qual se originou o relatório da comissão de mesmo nome, liderada por Jávier Perez de Cuellar.

Esse relatório recebeu o título de Nossa Diversidade Criadora que serviu de referência para uma série de encontros temáticos que culminaram em uma reunião com Ministros da América Latina e do Caribe no Rio de Janeiro em 1998. Ao longo do Decênio do Desenvolvimento Cultural (1987-1997), foi instituída uma ação permanente de sensibilização dos estados-membros para as vantagens de condução de atividades, ações e iniciativas coordenadas em projetos, visando o crescimento econômico associado ao desenvolvimento

cultural, pelo fato desses estados acreditarem que, sem crescimento econômico, as nações perdem qualidade de vida, segurança, poder e independência. Nessas circunstâncias foi compreendido que, uma nação desenvolvida, rica, independente e poderosa, é, antes de tudo, uma nação culturalmente pujante, com forte identidade cultural.

A partir da implantação deste Decênio a cultura passou a ser vista como chave de compreensão da realidade, sendo destacada pela UNESCO (1997, p. 21-22) que, Como a cultura passou a se mostrar cada vez mais importante na compreensão e no estabelecimento dos processos sociais, fato que até então havia sido subestimado, nos programas de desenvolvimento empreendidos em diversos lugares por todo o globo, todas as políticas educacionais e sociais implantadas a partir de então foram influenciadas nas suas discussões para valorização das culturas em todos os aspectos. A educação como um processo cultural trabalha na perspectiva da valorização e emancipação humana. Nos anos 90, segundo relatório da UNICEF (1999, p. 7), o quadro educacional no mundo, especialmente dos países subdesenvolvidos, continuava apresentando cerca de um bilhão de pessoas sem saber ler um livro, assinar o nome ou entender um formulário simples e, muito menos operar um computador, nova exigência da

contemporaneidade. Havia uma previsão da UNICEF, de que até o início do novo milênio, 855 milhões de pessoas continuariam analfabetas funcionais e 130 milhões de crianças em idade escolar estariam crescendo sem ter acesso à educação básica. Estes dados iam de encontro às discussões daquele momento, acerca da relação entre o crescimento econômico no mundo e o desenvolvimento cultural.

Foi considerando essa situação sócio-educacional, incompatível para as novas necessidades econômicas e políticas que os anos 90 presenciaram as grandes conferências e fóruns ocorrendo no mundo reunindo, sobretudo, os países subdesenvolvidos, como o Brasil, visando uma avaliação das condições educacionais existentes e redefinindo as políticas existentes à época. Neste sentido, podemos destacar a reunião da Cúpula Mundial pelas Crianças (1990); a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990); a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); a Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993); a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade (1994); a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995); a Quarta Conferência Mundial da Mulher (1995); o Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996); a Conferência

Internacional sobre o Trabalho Infantil (1997) e a Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997).

Cada espaço de discussão política, aqui destacado, culminou em compromissos internacionais a serem perseguidos nas definições das políticas nacionais entre os principais documentos organizados para a redefinição dos caminhos da educação dos anos 90 em âmbito internacional, selecionamos, daquela década, aqueles que mais contribuíram para reafirmar compromissos com a garantia à educação básica e que impulsionaram mudanças para a educação de jovens e adultos – objeto principal de nosso estudo – quais sejam: a Conferência Mundial de Educação para Todos (1991-2000) e a V Conferência Internacional de Educação de Adultos em Hamburgo na Alemanha (1997).

A tônica do debate destes documentos, produtos destas Conferências e expressas em seus Relatórios e Declarações, revela predominantemente a preocupação com a garantia da universalização do acesso à educação básica para todos, e em qualquer lugar que estejam de forma indiscriminada, respeitando o princípio da equidade e da responsabilidade social e política em todas as esferas. Nestes estudos, destacaremos alguns aspectos destes documentos, considerando os que mais se voltaram à

oferta da EJA. Em meio às discussões acerca da superação do desenvolvimento mundial, em março de 1990, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e copatrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Banco Mundial (BM), com vários outros organismos internacionais e a participação de 155 países e centenas de representantes da organização da sociedade civil. Esta Conferência teve, como principal resultado, a aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, reafirmando o estabelecido desde a década de 1950, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de que “toda pessoa tem direito à educação”, expressamente colocado em seu Art. 26, § 1-3. Foi assegurado que todo homem tem direito à instrução gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares e fundamentais, orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. Foi a partir de Jomtien que se propagaram às preocupações com a educação escolar voltada ao atendimento de jovens e adultos, a partir da satisfação das suas necessidades básicas de aprendizagem;

a responsabilidade comum e universal a todos os povos e a solidariedade internacional através de suas relações econômicas e equitativas.

A síntese das propostas desta Conferência gerou postulados políticos e ideológicos, modificando sistemas educacionais, quando foi determinado que os países com maiores índices de analfabetos e maiores déficits no atendimento da escolaridade obrigatória elaborariam planos decenais de educação para todos. O Brasil era um deles.

A Conferência de Jomtien, nas suas orientações para as novas definições das políticas da oferta da Educação de Jovens e Adultos, cuidou de garantir o respeito às condições individuais de aprendizagem de cada pessoa – criança, jovem ou adulto.

O respeito às necessidades individuais de aprendizagem compreende tanto aos instrumentos essenciais para a aprendizagem da leitura, da escrita, da expressão oral, do cálculo ou da solução de problemas, quanto, dos conteúdos básicos da aprendizagem que possibilitam a construção de novos conhecimentos, habilidades, valores e atitudes.

Todos, necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões

fundamentadas e continuar aprendendo. Sobre as recomendações acerca das estratégias e obrigações do poder público na oferta da EJA, o documento de Jomtien previu que, as autoridades responsáveis pela educação nos âmbitos nacional, estadual e municipal dos diferentes países, se obrigaria a priorizar a oferta da educação básica para todos, independentemente da idade.

Neste sentido, todas as nações trataram de reelaborar suas experiências educativas, com vistas à definição de novas políticas e programas educacionais. Portanto, a Conferência de Jomtien marcou uma mudança significativa na forma pela qual os países de todo o mundo abordavam a educação, agregando ao conceito de educação básica o componente de qualidade e a nova compreensão de como oferecê-la. Segundo relatório da UNICEF (1999, p.13) a Conferência de Jomtien marcou a emergência do consenso Internacional de que a educação constitui o fator isolado mais vital para o combate à pobreza, associada à capacitação da mulher, a promoção dos direitos humanos e da democracia, a proteção ambiental e o controle do crescimento populacional.

Dois anos após a realização da Conferência de Jomtien, foi organizada a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), em julho de 1997 em Hamburgo, na Alemanha, que resultou na construção de dois valiosos documentos

para a EJA, especialmente para a América Latina: a Declaração de Hamburgo e a Agenda para o Futuro. A pauta de discussão da V CONFINTEA foi conduzida por temas que serviram de debates e posteriormente, ganharam forma de documento de consulta obrigatória para as definições das políticas de EJA no mundo.

Nesta Conferência, a educação voltada ao atendimento aos jovens e adultos, foi profundamente discutida relacionando-a aos desafios inerentes aos problemas contemporâneos, quais sejam: o exercício da democracia, melhoria das condições e da qualidade da educação, garantia do direito universal à alfabetização e à educação básica, fortalecimento das mulheres, transformações no mundo do trabalho, preservação do meio ambiente, saúde, cultura, meios de comunicação e novas tecnologias de informação, economia, política e a promoção da cooperação e da solidariedade internacional.

Considerando as preocupações internacionais com as novas condições de desenvolvimento das políticas de educação de jovens e adultos, ainda nesta CONFINTEA foi recomendado que todo plano de ação para a EJA deveria considerar o fortalecimento e integração das mulheres⁶, a cultura da paz, a educação para a cidadania e para a democracia, o acesso à saúde, a sustentabilidade ambiental, a

oportunidade da população idosa aprender e a garantia de integração dos portadores de necessidades especiais na escola. Nesta CONFINTEA, as discussões acerca do conceito de alfabetização, resultou no entendimento de que a alfabetização é conhecimento básico necessário a todos num mundo em transformação, bem como um direito humano fundamental e uma habilidade primordial em si mesma.

A alfabetização torna-se um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades e requisito básico para a educação continuada durante a vida.

E ainda, um processo de autotransformação cultural e social das coletividades. Segundo relatório desta Conferência, a alfabetização de jovens e adultos deveria permitir ao indivíduo adquirir competências para assumir eficazmente sua função na sociedade a que pertence, construí-la e modelá-la, e responder às necessidades de mulheres e homens a fim de lhes permitir compreender as relações de interdependência que conectam sua situação pessoal com as realidades locais e mundiais.

O ensino de jovens e adultos passou a priorizar a formação integral voltada para o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas, para que todos possam enfrentar, no marco do desenvolvimento sustentável, as novas transformações científicas e tecnológicas e

seus impactos na vida social e cultural. Um outro aspecto de destaque foi à contribuição para a formação de cidadãos democráticos, mediante o ensino dos direitos humanos, o incentivo à participação social ativa e crítica, o estímulo à solução pacífica de conflitos e a erradicação de preconceitos culturais e da discriminação por meio de uma educação intercultural. A partir deste evento a EJA passou a ser compreendida como um processo contínuo para toda a vida, propiciando aos indivíduos desenvolverem a autonomia e o sentido de responsabilidade, como condições para enfrentar as transformações econômicas, culturais e políticas que afetam a sociedade em seu conjunto. A educação seria capaz de promover a coexistência, a tolerância e uma participação esclarecida dos cidadãos na vida da coletividade, permitindo aos indivíduos e à comunidade tomar em suas mãos o seu destino e da sociedade para enfrentarem os desafios vindouros, através do desenvolvimento de cinco princípios básicos, que segundo Souza (2000, p. 11), simbolizam o reconhecimento do caráter estratégico da educação para pessoas jovens e adultas.

O primeiro princípio afirma que a educação, com pessoas jovens e adultas deve ser parte integral da política global do Estado e da sociedade civil para garantir maior equidade aos sistemas educativos da região.

O segundo afirma que é necessário fortalecer o desenvolvimento de políticas de EPJA como parte essencial das estratégias destinadas a superar o ciclo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento prestando especial atenção aos grupos e setores excluídos, entre os quais se encontram os jovens, as mulheres, as populações indígenas, negras e outros.

O terceiro princípio destina-se a garantir especial atenção às políticas integrais de formação do indivíduo de modo que promovam o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas para que todas as pessoas possam enfrentar, no marco de um desenvolvimento sustentável, as transformações científicas e tecnológicas nos campos da produção e da comunicação, e sua incidência na vida social e cultural.

O quarto determina que a EPJA deve estar imbuída de uma visão ampla do processo produtivo e do mundo do trabalho, a fim de promover a participação dos sujeitos na construção de uma organização do trabalho orientada para o desenvolvimento integral do ser humano, contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação e exclusão. Finalmente, o quinto princípio afirma que é necessário, em particular, desenvolver uma EPJA segundo um enfoque intercultural de educação para o exercício da cidadania democrática, com uma marcada orientação para a formação humana centrada nos

valores que fortalecem os direitos humanos, a justiça social, a educação ambiental e a não discriminação por razões de gênero, econômicas, religiosas, étnico-culturais, deficiências, etc., destacando especialmente o fortalecimento do papel da mulher e a sensibilidade dos homens para a conquista da equidade de gênero.

Através desta Conferência, a EJA adquiriu, visibilidade mundial, culminando na promoção de Fóruns em todos os países, desencadeando mudanças nas suas concepções e na definição das políticas educacionais para o público de jovens e adultos.

Em abril de 2000 em Dakar, Senegal, ocorreu Fórum Mundial de educação para todos, abrindo espaços políticos de debates sobre as questões sociais no mundo. Este Fórum contou com a participação de Agências Internacionais, Governos e mais de 300 Organizações Não-Governamentais (ONGs) de todo o mundo.

O contexto social apresentado por ocasião deste Fórum, foi de uma desigualdade social crescente, traduzida inclusive na educação, onde segundo a UNESCO (2000) em muitos países, a educação ainda passava pelo reforço da escolaridade primária, e que eram necessários grandes esforços para reduzir substancialmente o número de analfabetos entre a população adulta, que continuava afetando um quinto da população mundial.

Mesmo com o empenho dos diferentes governos para ampliar a oferta educacional, existia ainda, mais de 113 milhões de crianças sem acesso ao ensino primário.

A discriminação de gênero permeava os sistemas educacionais e a qualidade da aprendizagem e da aquisição de valores e habilidades humanas apregoadas nos documentos, estavam longe de serem contempladas.

Desse modo, os presentes neste Fórum, revelavam preocupação com a efetivação da política de educação para todos e com as metas nacionais e internacionais acordadas para a redução da pobreza. O não cumprimento dessas metas implicaria na ampliação das desigualdades entre nações e dentro das sociedades, como já ocorrera em décadas passadas, quando compromissos foram firmados e poucas ações foram executadas.

Para evitar a manutenção dessa situação de desigualdade, a comunidade internacional, política e civil e as instituições presentes neste Fórum, assumiram, mais uma vez, o compromisso de que tudo fariam para que os recursos humanos e financeiros não constituíssem um impedimento à concretização dos grandes objetivos que fundamentam o quadro de Ação de Dakar – como ficou conhecido o Fórum – para os próximos 15 anos, comprometendo-se a luta pelo alcance

dos objetivos e das metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade. Segundo relatório de Dakar (2000, p.1), o marco de ação deste Fórum, foi o compromisso coletivo estabelecido entre os governos e a sociedade, no âmbito de cada país.

Os diferentes e múltiplos parceiros, apoiados pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais, deveriam tratar de valer os compromissos anteriormente assumidos na Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990), e apoiados pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, onde passaram a defender que toda criança, jovem e adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que incluindo o aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. Esse - 30 - tipo de educação destinada a captar os talentos e potencial de cada pessoa, e desenvolver a personalidade dos educandos, também se destinou à melhoria das suas vidas e a transformação das sociedades.

O conceito de educação, neste Fórum, revelou uma preocupação com a formação individual do sujeito, sendo, segundo Matsuura (2002, p. 27-28) apresentada como, um direito fundamental

e um pré-requisito sine qua non para o desenvolvimento do indivíduo.

Os objetivos estabelecidos em Dakar relacionados a EJA tratavam de responder às necessidades educativas de todos os jovens e de todos os adultos, assegurando o acesso equitativo a programas adequados e a aquisição de conhecimentos, assim como, de competências necessárias à vida cotidiana.

Nesse sentido, foi estabelecido como metas: melhorar em 50% os níveis de alfabetização de adultos, nomeadamente das mulheres, até 2015, e assegurar a todos os adultos um acesso equitativo a programas de educação básica e de educação permanente.

A eliminação das disparidades entre os sexos nos ensinos primário e secundário até 2005, instaurando a igualdade nesse domínio em 2015, também foi estabelecido, assim como: melhorar em todos os aspectos a qualidade da educação, visando a excelência, de forma a conseguir, resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis, na leitura, escrita e nos cálculos, bem como nas competências indispensáveis para a vida corrente.

Foi a partir desse documento que novos caminhos foram traçados para a educação no novo século. A perspectiva globalizante que atribuiu à educação básica um papel fundamental no desenvolvimento econômico e das sociedades, concedeu a

EJA, integrada nos princípios educacionais gerais, um papel preponderante, como um investimento essencial para aproveitar, integralmente, a alavanca para o crescimento futuro (Matsuura, 2000, p.19).

Estas idéias legitimadas nas políticas e documentos dos órgãos internacionais, como: UNESCO, UNICEF e Banco Mundial passaram a serem adotadas também no Brasil. Em setembro de 2000, Ministros dos países mais empobrecidos, inclusive o Brasil, se reuniram no Rio de Janeiro e fizeram a Declaração do Milênio das Nações Unidas - um resultado da Cúpula do Milênio - definindo uma lista dos principais componentes da agenda global para o século XXI.

No elenco dos seus objetivos, apareceram: erradicação da extrema pobreza e da fome, a universalização do ensino básico universal, a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV/AIDS, a malária e outras doenças, a garantia da sustentabilidade ambiental e o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

A ideia de assegurar uma agenda global para o século XXI, a nosso ver, revela que os países da América Latina estavam empenhados na tarefa de consolidar uma ordem democrática global. Esse objetivo expressou um compromisso

entre a sociedade e os governos e obrigou a realização de esforços desses dois setores no sentido de repensar os diferentes segmentos da vida internacional, nacional e local, nos termos dessa consolidação. É certo que a educação, por si só, não opera milagres.

Todavia, ela se destaca como mecanismo acelerador de mudanças em direção a um cenário democrático, mais equitativo.

CONCLUSÃO

A partir da década de 1980, os jovens e adultos no cenário internacional passaram por um período de intensas transformações e desafios. A globalização, o avanço tecnológico, os movimentos sociais e culturais e as mudanças políticas impactaram significativamente a vida desses grupos.

Os jovens e adultos enfrentaram a necessidade de se adaptar a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, buscando qualificação e capacitação para se manterem relevantes. Ao mesmo tempo, movimentos sociais e políticos emergiram em busca de maior igualdade, justiça e direitos para a juventude e a população adulta.

A cultura e o entretenimento também desempenharam um papel importante nesse período, refletindo as

preocupações e aspirações da juventude. Novas formas de expressão artística surgiram, influenciando a maneira como os jovens e adultos se relacionavam com o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

DELORS, Jacques (Coord.) **Educação: um tesouro a descobrir.**

Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre- 154 –

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

MATSUURA, Koichiro. A UNESCO e os desafios do novo século. Brasília/DF, 2002.

PRESTES, Maria da Trindade. Contexto **sócio-político e educação popular: o caso**

da Cruzada ABC. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

SOUZA, João Francisco de. **A educação escolar, nosso fazer maior, des(a)fia o nosso saber – educação de jovens e adultos.** Recife: Bagaço, 2000.

UNICEF. **Criança e Adolescente em Alagoas: saúde, educação e trabalho.** São Paulo, 1993.

. Democracia: uma grande escola. São Paulo. 1998.

. Situação da infância brasileira. São Paulo. 2001.

. Relatórios:1992-2000. Disponíveis em <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em: jan/2005, mar/2005 e out/2005.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ALAGOAS: Uma análise dos pressupostos teórico-metodológicos

Janaina Marcia da Silva¹
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli²

RESUMO

O presente trabalho possui o objetivo de debater a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado de Alagoas. Para tal, mostra-se pertinente compreender o que é o EJA, assim como analisar os pressupostos teórico-metodológicos. Para isso, realizou-se um aprofundamento bibliográfico sobre o tema, a partir da compreensão de diferentes autores que contribuíram para uma reflexão sobre o entendimento do EJA, em Ribeiro (2001), Andrade (2004), Gadotti (2005), Corrêa (2008). Do mesmo modo, é importante destacar os pressupostos teórico-metodológicos expostos na proposta pedagógica a partir do Plano Estadual de Educação de Alagoas (PEE) para o entendimento do EJA no estado. Dessa maneira, é indiscutível a importância que a educação de jovens e adultos assume na formação humana, haja vista, que o conhecimento é um processo inerente para toda a vida.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Pressupostos teórico-metodológicos; Conhecimento; Proposta Pedagógica; Formação humana.

¹ E-mail: famillefelizeternamente@hotmail.com

² E-mail: deadoutorado@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Inicialmente, vale salientar que a Educação de Jovens e Adultos se configura como uma forma de sanar os altos índices de analfabetismo no país. Essas são consequências que se deve à negação do direito de acesso à educação a uma parcela significativa da população brasileira. Nesse sentido, é interessante destacar o que salientou Gadotti (2005), para quem essa questão tem que ser dada a devida análise de maneira precisa e clara. Se faz necessário repensar, sobretudo, as interpretações preconceituosas e, às vezes, minimizadora da problemática.

Assim, é preciso reiterar que “o analfabetismo não é doença ou erva daninha”, como se costumava dizer entre nós (GADOTTI, 2005, p. 1). Essa é uma questão que evidencia a negação acumulada de direitos. Isto é, a negação de um direito ao lado da negação de outros direitos. O direito a escola, direito a ter acesso ao conhecimento desenvolvido pela humanidade, direito a autonomia na leitura e direito à liberdade da escrita. Claro está que, nos estudos sobre educação, a política é um condicionante inseparável. Não por acaso o analfabetismo também se torna uma questão pedagógica de inteiro cunho político. (CORRÊA, 2008, p. 11).

É possível entender essa questão com um teor político pelo fato de que

interfere incisivamente nas vidas das pessoas. Podemos também considerar a alfabetização como a abertura de uma porta que nos sugere um mundo de possibilidades. Um mundo que, de tão grande, nos convida a sair da inércia do analfabetismo para uma situação de sujeito de atitude autônoma.

A partir disso, é importante que se compreenda como se configura a Educação de Jovens e Adultos, mediante os pressupostos teórico-metodológicos expostos na Proposta Pedagógica para a Educação Básica de Jovens e Adultos de Alagoas. É desse modo que se pode estabelecer os nexos relacionais entre esta Proposta e o contexto sócio-histórico de desenvolvimento dessa modalidade de ensino. Visto que se trata de um público diferenciado, que possui experiências e especificidades em sua forma de aprendizado.

Cabe analisar a concepção de sociedade e de educação existente na Proposta Pedagógica em questão para que possamos compreender como tais concepções perpassam as práticas de ensino, os objetivos, os conteúdos transmitidos e os princípios e formas de avaliação que orientam essa modalidade de ensino.

A reflexão pedagógica acerca dessa modalidade educativa compreende com significativa importância suas dimensões

social, ética e política. Nessa perspectiva existem amplas considerações acerca do diálogo e da participação de todos os sujeitos pedagógicos, isto é, educadores e educandos. Essa modalidade, como não poderia deixar de ser, exige forte comprometimento no trabalho pedagógico como um todo. O trabalho pedagógico são, pois, as disposições desenvolvidas pelo seguimento docente, pela disposição institucional e, sobretudo, pela vontade do educando de encontrar sentido e se engajar nesses desafios.

Construir uma EJA que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos, implica pensar sobre as possibilidades de transformar a escola que os atende em uma instituição aberta, que valorize seus interesses, conhecimentos e expectativas; que favoreça a sua participação; que respeite seus direitos em práticas e não somente em enunciados de programas e conteúdos; que se proponha a motivar, mobilizar e desenvolver conhecimentos que partam da vida desses sujeitos; que demonstre interesse por eles como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem. (ANDRADE, 2004)

Objetivos da educação de jovens e adultos

Nos últimos oito anos, a elaboração de planos de educação passa a fazer parte da experiência dos Estados brasileiros. Essa é uma medida de obrigatoriedade legal

estabelecida no art. 87 da LDB. Daí promulga-se em janeiro de 2001, a Lei nº. 10.172. Ela institui o Plano Nacional de Educação - PNE. Assim, passa a ser obrigatório a determinação dos Estados e os Municípios terem a responsabilidade de elaborar seus planos em consonância com o plano nacional. A intensão é assegurar uma integração das políticas e de todos os planos de modo a garantir a universalização da educação básica e a melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos das escolas públicas do país.

Assim, com base nas diretrizes legais e operacionais do MEC, cinco anos após a publicação do PNE, foi desenvolvido, em 2006, o Plano Estadual de Educação de Alagoas (PEE). O período definido foi 2006-2015, onde se evidencia que o mesmo é um plano de Estado e não de governo. Esse plano é o instrumento que proclama as políticas educacionais para as escolas públicas do estado.

É importante destacar o diagnóstico exposto no PEE. Ele revela uma realidade bastante inquietante com relação aos dados de reprovação, distorção e abandono dos alunos do ensino fundamental e médio. Além da falta de atendimento das crianças de 0 a 6 anos. É necessário também considerar as demais faixas etárias que ainda ficam de fora da disponibilização e oferta de vagas que oportunize e disponibilize o atendimento escolar.

No entanto, a matrícula total na educação básica em Alagoas, no ano de 2008, contemplou aproximadamente 990 mil alunos nas quatro redes de ensino (municipal, estadual, federal e privada), ficando, a priori, sem atendimento escolar 208 mil alagoanos na faixa etária adequada. (PEE/AL 2006-2014, p. 16, grifos nossos).

O PEE apresenta que essa triste realidade vem se configurando há décadas no cenário educacional alagoano, tanto nas escolas da rede estadual como nas redes municipais. Nesse sentido ainda precisa se organizar com propostas sólidas e propósitos consideráveis.

É assim que essa situação atinge a todos os seguimentos. Na EJA essas e uma porção de outras situações apresentam uma carga ainda mais prevacente no quadro de situações, desafios e problemas que o compõe.

Inicialmente percebe-se que a educação de Jovens e Adultos tem um público bem diversificado. Ela busca atender uma demanda bem ampla e complexa. De imediato, tem a responsabilidade de tomar para si a tarefa de aglutinar o problema social da distorção idade série.

É sobre a imprecisão da faixa etária que se debruça esse seguimento educativo. Poder-se-ia dizer que, para o tamanho do desafio da EJA haver-se-ia de se ter

condições estruturais, no mínimo, proporcionais ao atendimento dos trabalhos desenvolvidos. Mas, infelizmente, não é nessa realidade de condições que se assenta sobre a realidade da EJA.

Essa realidade também está relacionada com a condição do Brasil em superar os 35 milhões de pessoas maiores de catorze anos que não completaram quatro anos de escolaridade (RIBEIRO, 2001). Esse grande número de pessoas constitui o público potencial dos programas de educação de jovens e adultos integrantes ao primeiro segmento do ensino fundamental.

Em 1991 o censo apontou 20 milhões identificados como analfabetos. De 2004 a 2012 o analfabetismo caiu de 11% para 8%. Essas pessoas estão incluídas nesse contingente que não dominam ou dominam muito precariamente a leitura e a escrita. Assim, tornam-se impedidas de utilizar eficientemente essas habilidades para continuar aprendendo e acessar informações essenciais a uma inserção eficiente e autônoma em muitas das dimensões que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Nos países como o Brasil, os baixos níveis de escolarização estão fortemente vinculados a outras formas de exclusões socioeconômica e política. São países caracterizados por fortes desníveis sociais, pela situação de pobreza de grande parcela da população e, também, por uma tradição

política pouco democrática. São, pois famílias que vivem em condição econômica precária e que enfrentam grandes dificuldades em manter as crianças na escola. No caso das crianças, tem seus esforços mal recompensados, já que as escolas a que têm ingresso são pobres de recursos e normalmente não proporcionam condições de aprendizagem apropriadas.

Dentre aqueles atendidos pelos programas de educação de jovens e adultos é crescente a presença daqueles que efetivamente não tiveram nenhuma passagem anterior pela escola¹. É também cada vez mais presente a condição de adolescentes e jovens recém-saídos do ensino regular.

Esse fenômeno é frequente e disperso. Frequente pelo fato de estar presente no cotidiano de quase todos os seguimentos na realidade das escolas alagoanas. Disperso pelo fato de que abrange e atinge uma ampla extensão territorial das unidades de ensino de caráter

público. São distorções que se alastra de maneira diferenciada no seu conjunto de escolas, mas que marcam um panorama de entraves no quadro de ensino. Se não, vejamos:

Em levantamento realizado no programa de educação básica de jovens e adultos do município de São Paulo, em 1992, apurou-se que 26% do alunado tinha até dezoito anos de idade e 36% tinha entre dezenove e 26. Na cidade do Recife, apurou-se que, dos alunos de programas para jovens e adultos das redes municipal e estadual, 48% tinha de treze a dezoito anos de idade e 26%, de dezoito a 24 anos.² A presença dos adolescentes tem sido tão marcante que se começa a pensar em programas ou turmas especialmente destinadas a essa faixa etária. (RIBEIRO, 2001).

É importante destacar também que quase a totalidade dos alunos dos programas educacionais de Jovens e Adultos são trabalhadores. Os adolescentes também

¹ É importante destacar a análise situacional da realidade educacional de Alagoas. Se destaca a seguinte caracterização. “O estado de Alagoas tem uma população estimada em 3.173.000 habitantes (IBGE, 2008), sendo 30,4% de brancos, 3% pretos, 66,2% pardos e 0,4% indígenas e amarelos[...] Dessa população, aproximadamente 434 mil estão na faixa etária de 0 a 6 anos, 578 mil de 7 a 14 anos e 186 mil de 15 a 17 anos. São 1.198.000 habitantes considerados potenciais alunos da educação básica, já que se encontram na faixa etária adequada para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. No entanto, a matrícula total na educação básica em Alagoas, no ano de 2008, contemplou aproximadamente 990 mil alunos nas quatro redes de ensino (municipal, estadual, federal e privada),

ficando, a priori, sem atendimento escolar 208 mil alagoanos na faixa etária adequada. O maior contingente de alunos é atendido pelas redes municipais e se concentram nos anos iniciais do ensino fundamental, ficando a rede estadual responsável pela maior parcela de alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Além disso, os dados sobre a distribuição das matrículas nas redes de ensino indicam que a rede municipal agrega a maior parte dos alunos do ensino fundamental também nas diversas modalidades e diversidades do ensino: educação de jovens e adultos, educação especial, educação do campo, indígena e quilombola.” (PEE/AL 2006-2014, p. 16).

estão incluídos na categoria de estudante que divide seu tempo de formação entre os momentos de trabalhos e de aula na escola. São tempos pedagógicos que ocorrem com bastante sacrifício. Esses sujeitos acumulam responsabilidades profissionais e domésticas e/ou reduzindo seu pouco tempo de lazer, se dispõe a frequentar aulas nos cursos noturnos. A expectativa é quase sempre muito semelhante, pois trata-se do desejo de melhorar suas condições de vida.

Contudo, é também perceptível que a maioria mantém a esperança de dar continuidade aos estudos. Essa postura se alinha a perspectiva de se concluir o 1º grau e ampliar as possibilidades, seja de acesso a outros graus de ensino ou também a possuir um conjunto de habilitações técnicas e profissionais.

São novas maneiras nas relações de trabalho que impactam profundamente os desejos, as esperanças e expectativas de vida da maioria dos alunos da EJA uma vez que eles já se incluem como parte da população economicamente ativa. Para muitos os cursos noturnos são compreendidas como estratégias que visam a melhorar as condições de vida. Ainda que todo esse esforço signifique, como dito anteriormente, acumulação de responsabilidades profissionais e domésticas. É assim que grande parte dos educandos conservam a expectativa de continuar os estudos, finalizar as demais

etapas e lograr capacitações profissionais que lhes façam apitos as demandas do mercado de trabalho.

Partindo desse quadro situacional em Alagoas se evidencia algumas características voltadas a essas demandas. A Proposta Pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos assinala como finalidade dessa modalidade de educação identificar as demandas mostradas acima e articular suas ações a ela. Busca-se, assim,

[...] garantir ao trabalhador e a trabalhadora a elevação da escolaridade e as condições da continuidade de aprendizagens, mediante estudo das diversas áreas de conhecimento, tomando a realidade cultural e natural como objeto de pesquisa/estudo. (ALAGOAS, s/d, p. 39).

É também nesse sentido que o Plano Estadual de Educação de Alagoas no exercício de 2006 – 2015 - PEE-AL, estabeleceu um conjunto de objetivos e metas (ALAGOAS, 2005, p. 45-44). Dentre todas, podemos destacar as seguintes:

- A criação de setor específico responsável pela EJA e no prazo de dois anos, incluindo profissionais experiente na área para atuar em todas as

Secretarias Municipais de Educação².

- O processo de articulação política da educação com outras políticas sociais, que assegurem ao jovem e adulto trabalhador, o acesso a programas de formação profissionalizante, de geração de emprego e renda, assistência à saúde e outras medidas, possibilitando a sua permanência na escola³.
- Propor calendários especiais, sempre que a necessidade exigir, para atender às especificidades de EJA.

Redirecionar o ensino noturno existente nas redes públicas estadual e municipais, para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, imediatamente após a aprovação desse Plano⁴.

É importante salientar que, ainda se referindo a questão do estudante trabalhador e trabalhadora como forte característica da EJA, o PEE-AL 2015-2025, ampliou ainda mais as estratégias de atuação conforme dispõe a meta de número 10 desse plano.

Metodologia e conteúdo de ensino da EJA

Este tópico trata das metodologia e conteúdo de ensino expostas na Proposta Pedagógica da EJA, visto que, de acordo com Freitas (1995) as categorias conteúdo/trato com o conhecimento estão diretamente relacionadas, ao passo que “não existe, por conseguinte, uma forma que não esteja embebida de conteúdo, que não organize o movimento e a atividade de um conteúdo, do mesmo modo que não existe um conteúdo que não se expresse estruturalmente em determinada forma” (ROSENTHAL; STRAKS, 1960, p. 199 apud FREITAS, 1995, p. 97). Ou seja, o conteúdo determina a forma (a metodologia de ensino) e, ao mesmo tempo, a forma é determinada pelo conteúdo.

Dessa forma, cabe analisar como está organizado o trabalho pedagógico da EJA e os conhecimentos a serem trabalhados nessa modalidade de ensino. A Educação de Jovens e Adultos encontra-se organizada em áreas de conhecimentos das Diretrizes Curriculares da EJA.

O que se pretende, portanto, é a utilização de uma metodologia que

² No atual PEE-AL 2015-2025 está previsto ainda a proposta de implantar e implementar os Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, em todas as Coordenadorias Regionais de Educação – CRE. (ALAGOAS, 2015, p. 15).

³ Se faz necessário situar que, no que se refere a EJA ligada a educação profissional, o PEE-AL 2015-2025 ampliou ainda mais as estratégias de atuação. (ALAGOAS, 2015, p. 17).

⁴ No PEE-AL 2015-2025 as metas foram ainda mais ousadas e propôs turmas da educação de jovens e adultos no ensino fundamental e médio nos turnos diurno e noturno para todos os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-ano, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial. (ALAGOAS, 2015, p. 14-15).

relacione os aspectos cotidianos dos estudantes com os conteúdos a serem trabalhados, priorizando a relação entre o conteúdo e a vida, em detrimento da simples transmissão de conhecimentos que é feita num sentido unidirecional. Nessa Proposta, defende-se a autonomia do aluno e a participação ativa tanto do educador quanto do educando para que ambos possam problematizar, refletir e operar de forma significativa no processo de ensino-aprendizagem.

O acolhimento é um ponto fundamental para que a escola esteja conectada com a vida dos estudantes e/ou educandos e também que esta conexão esteja atrelada ao mais significativo movimento de libertação e autonomia dos indivíduos. Essa é, pois, uma oportunidade de constituição de uma escola trilhadas e caminhos diferentes.

Por exemplo, o disciplinamento punitivo na EJA não tem lastro de legitimidade algum. Isso porque tanto os jovens quanto os adultos devem ser convidados a um processo coletivo pautado na participação e na construção. Participação seja na elaboração das regras de convivência, seja na corresponsabilização e compromisso com a própria formação. E quem mais indicado se não os próprios sujeitos pedagógicos para fazer do processo de formação uma tarefa

indispensável, inacabada e em constante evolução.

Daí que na EJA as propostas curriculares devem obstinadamente levar isso em consideração. Isto é, priorizar os meios pelos quais esclareça aos estudantes o quanto é, juntamente com a escola, corresponsável pelo seu próprio processo de formação. Para isso deve estar claro que eles, os estudantes, devem encarar como sendo desafio o processo de auto formação. Esta composta por práticas constantes de apropriação e socialização de conhecimentos sistematizados.

Essas questões constituem o ponto fundamental na organização curricular da EJA. Nesse sentido tais preocupações educativas devem estar combinadas com a realidade vivida pelos educandos, sobretudo porque, em sua maioria, já dirigem suas vidas no tocante ao trabalho, a família e etc.

Os atributos pedagógico-metodológico que estabelecem um corpo de conteúdos para essa demanda necessita, portanto, se fundamentar nessa perspectiva de uma educação que tenha a capacidade de abarcar a complexidade em que o conhecimento se configura. A totalidade do conhecimento seria, então, a abrangência objetivada numa proposta com essas características.

A interligação ente, por exemplo, processo de alfabetização, ganho de

autonomia e corresponsabilidade com a formação, está no fato de que se faz necessário uma visão de continuidade desses processos educativos e pedagógicos para a vida do educando. De tal maneira essas são condições que sugere um trabalho e um conjunto de esforços consciente da formação como sendo um processo que vai além da sala de aula. Transborda a escola e convive indissociavelmente com a vida cotidiana.

A vida na escola e no dia a dia do educando são tempo-espacos pedagógicos colaborativos. Enquanto na escola é possível um processo de socialização de conhecimentos, da vida cotidiana, a escola deve retirar todos os elementos ilustrativos e potencializadores da memória, da aprendizagem significativa. E, neste sentido, já se pode visualizar na atualidade uma diversidade de propostas como aquela que trabalha com palavras geradoras e com elementos significativos e próprios da vida diária dos educandos.

Mas de toda a discussão dos diversos elementos metodológicos a ser levado em consideração é necessário o esclarecimento definitivo de que os procedimentos metodológicos não se deve ser colocado em discussão numa proposta de dissociação e ou distanciamento dos objetivos fundamentais do processo educativo com a apropriação de conhecimento. Isso porque este trabalho

não se refere a priorização da metodologia em detrimento do conteúdo. Acreditamos que incorrer nesse engodo é uma forma de secundarizar da socialização de conhecimentos.

De acordo com Saviani (2012, p. 63-76), uma educação que estabeleça uma proposta de “pedagogia revolucionária” deve ficar atenta para não incorrer no engodo do caráter formalista e estático do conhecimento próprio da escola tradicional e muito menos no caráter do afrouxamento dos conteúdos, sobretudo, para a maioria das camadas populares próprio a escola nova. Nesse sentido, a articulação de uma organização metodológica é, com certeza, fundamental. Mas ela deve existir no sentido de alavancar as possibilidades de aprendizagem dos educandos, sobretudo, quando se trata de uma educação com caráter e objetivo popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos é, assim, consolidada no sistema educacional brasileiro como numa necessidade de ampliação das “oportunidades educacionais” para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular. Isso significa numa tentativa de resgate, por meio da educação, de parte da população que historicamente ficou à margem dos avanços sociais dos

conhecimentos da humanidade e, portanto, das atividades de socialização escolar. Mas tudo isso não por uma questão de escolha e sim por uma questão de oportunidade, uma vez que, certamente pela situação e carências socioeconômicas, mas também carências e vulnerabilidade social, lhes foi reservado a condição de estarem de fora do processo de escolarização regular.

De acordo com Andrade (2004), o enfoque da Educação de Jovens e Adultos deve ser pensado como uma educação compensatória, em favor de uma visão mais ampla e permanente, que responda às demandas do desenvolvimento local, regional e nacional. Os conteúdos curriculares precisam ser pensados no contexto da identidade e das aspirações dos diversos sujeitos da EJA. É preciso adotar estratégias pedagógicas e metodologias orientadas para a otimização da formação específica de professores e gestores responsáveis por esse modo de fazer educação, bem como construir uma nova institucionalidade nos sistemas de ensino.

A educação é, nesse sentido, a condição social primeira que oportuniza a integração a esse sistema complexo de evolução da cultura humana. O desenvolvimento do conhecimento é a afirmação precisa de nossa existência no mundo. Essa questão é inseparável, isto é, conhecimento é sinônimo e processador de nossa existência. A educação é assim, o

processo integral de formação humana. O ser humano desde tenra idade experimenta, sobre sua existência, o contato simultâneo de um punhado de saberes socializados no desenvolvimento geral da cultura humana. Esse processo inclui a obtenção de produtos que está inserido na herança civilizatória e que concorrem para que os limites da natureza sejam superados.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. BRASIL. Proposta Pedagógica para Educação Básica de Jovens e Adultos. Secretaria Executiva de Educação do Estado de Alagoas: Programa Educacional de Jovens e Adultos - PROEJA, s/d. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br/programas-e-projetos/programas/geracao-saber/eixo-2-regime-de-colaboracao-entre-estado-e-municipios/eixo%201%20ac%203.pdf>> Acesso em: 3 mar. 2017.

ALAGOAS. SEPLAG/AL. Alagoas em Dados e Informações. Mapa principal disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/d8f3ac16-6441-4f45-8c69-a2fc5a4ff8a6/resource/5d11588c-e69d-4311-963a-372c17af45d4/download/microrregioesdealagoas.png>> Acesso em: 3 mar. 2017.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os sujeitos educandos na EJA. TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. **Boletim**, v. 20, 2004. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/files/Programa%203_0.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI DO PLANO ESTADUAL 2016-2014. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=AL&tipoinfo=1>. Acesso em: 21 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. LEI DO PLANO ESTADUAL. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=AL&tipoinfo=1>. Acesso em: 21 jan. 2017.

CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Fundamentos Metodológicos em EJA I**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GADOTTI, Moacir. Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria prática e proposta**. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2005. p. 29-39.

RIBEIRO, V.M.M. (Org.) **Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento – São Paulo: Ação Educativa: Brasília: MEC, 2001.**

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2012.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

SABER PENSAR E INTERVIR

Nádia Popilnicki¹
Idabel Nascimento da Silva²
Severino Soares do Nascimento³
Maria da Silva

RESUMO

Este artigo destina-se a verificar o nível de conhecimento dos estudantes de graduação de uma Instituição de Ensino Superior de Maceió-AL acerca dos objetivos, métodos, regras e ferramentas inerentes a disciplina de Metodologia Científica, antes e durante seu ingresso na IES. A metodologia é um estudo bibliográfico que fundamenta os objetivos da pesquisa com autores de referência no contexto da disciplina de metodologia científica. Essas reflexões levam as afirmações quanto ao conceito e construção desse conhecimento e, no decorrer dessa análise, construímos nossos saberes buscando relacioná-los a aplicabilidade e estruturas nos trabalhos científicos, e assim desenvolvendo a compreensão dos elementos do conhecimento. Visto o exposto, foram consideradas as concepções de autores que serão transformadoras na questão de intensificação de leituras e compreensão textual dos mesmos, a partir da aplicabilidade do conhecimento científico.

Palavras chave: Conhecimento, Metodologia Científica, Aplicabilidade.

¹ E-mail: nadiapopilnicki62@hotmail.com

² E-mail: idabelandia2016@gmail.com

³ E-mail: soareseducador@gmail.com

INTRODUÇÃO:

A disciplina de metodologia científica está inserida na graduação com o objetivo de possibilitar ao aluno desenvolver seus trabalhos acadêmico-científicos com seus métodos, atitudes reflexivas, despertando o interesse pela pesquisa e investigação científica, pois na vida acadêmica nos deparamos com novos conhecimentos e habilidades, que até então oprimidas, uma vez incentivadas pelos mestres facilitadores são afloradas em nossos novos saberes, e assim surge também a habilidade em planejar, executar e intervir na pesquisa científica.

A metodologia científica adentra na vida acadêmica como uma iniciação nas práticas de investigação e com propósitos de discutir conceitos e características para familiarizar os acadêmicos com as técnicas de estudo e da pesquisa científica.

Sabedores disso, é fundamental indagar: a disciplina de metodologia científica auxilia o acadêmico em suas produções científicas junto a graduação e sua vida profissional?

Segundo Rodrigues (2009), a metodologia científica estuda os métodos. É a disciplina que contempla os caminhos do saber, entendendo que método representa caminho, “logia” significa estudo e “ciência”, saber. Pode-se dizer que a Metodologia científica consiste no estudo,

geração e verificação dos métodos, técnicas e processos utilizados na investigação e resolução de problemas, para o desenvolvimento do conhecimento científico.

O ser humano por consequência necessita do conhecimento em compreender o mundo que o cerca, e o faz através de suas capacidades, adquirindo-as por vários meios: imaginação, sensações, raciocínio, intuição, necessidades.

Há diversas formas de conhecimento, que se originam de diferentes fontes: a observação, as experiências acumuladas ao longo da vida, as diferentes leituras. Os interesses em reformar estas formas dependem do momento em que estamos interessados a desenvolvê-los. (OLIVEIRA,2006)

Para tanto, este estudo foi direcionado a investigação e compreensão do perfil de conhecimento em relação a disciplina de metodologia e seus saberes na construção dos trabalhos científicos, durante a graduação dos alunos do 8º período de Educação Física por meio de um questionário adaptado de SANTOS(SD) composto por 9 (nove) questões fechadas.

É importante salientar que, enquanto disciplina, a metodologia deve possibilitar ao aluno a aprender estudar, aprender ler, saberes, pensamentos e intervenções, e também ao raciocínio analítico, sistemático, crítico e reflexivo.

Diante do exposto, considera-se a Metodologia Científica como a disciplina que confere os caminhos necessários para o auto-aprendizado em que o aluno é o sujeito do processo, aprendendo a pesquisar e a sistematizar o conhecimento obtido. Ela é universitária no que se refere ao estudo e ao aprendizado. Assim, essa análise do perfil do graduando do último semestre reflete quão importante são as construções de seus saberes científicos para a aplicabilidade de sua carreira profissional, e com isso proporcionando um conhecimento satisfatório, preparatório e contínuo em seus progressos nos estudos.

1. A IMPORTÂNCIA DA METODOLOGIA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA GRADUAÇÃO

Definir o termo Metodologia permite reconhecer e aprofundar nossos conhecimentos em relação a sua real significação dentro do universo acadêmico. “[...] estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência” (DEMO, 1995, p. 11). Ainda, segundo Demo (1995), a metodologia é uma disciplina que instrumentaliza quanto aos procedimentos a serem tomados na pesquisa, possibilitando acesso aos “caminhos do processo científico”, além disso, ela visa, também, promover

questionamentos acerca dos limites da ciência sob os aspectos da capacidade de conhecer e de interferir na realidade.

Diante de tais afirmativas, acreditamos na necessidade de construção do pensar para que possamos intervir na realidade construtiva do saber científico. Neste sentido, Severino nos diz que a pesquisa assume três dimensões na Universidade:

De um lado, tem uma dimensão epistemológica: a perspectiva do conhecimento. Só se conhece construindo o saber, ou seja, praticando a significação dos objetos [...] assume ainda uma dimensão pedagógica: a perspectiva decorrente de sua relação com a aprendizagem. Ela é mediação necessária e eficaz para o processo de ensino/aprendizagem. Só se aprende e só se ensina pela efetiva prática da pesquisa. Mas ela tem ainda uma dimensão social: a perspectiva da extensão [...]. (SEVERINO, 2007, p. 26).

A disciplina de Metodologia Científica deve estimular o estudante para que busque motivações para encontrar às suas dúvidas. Se falarmos de um curso superior, estamos naturalmente nos referindo a uma academia de Ciências e, como tal as respostas aos problemas de aquisição do conhecimento devem buscar por meio do rigor científico e apresentado através das normas da ABNT. Parece ficar claro que a disciplina não é um simples

conteúdo a ser decorado pelos alunos, para ser verificado num dia de prova; trata-se de fornecer aos estudantes um instrumento indispensável para que sejam capazes de atingir os objetivos, que são seus saberes, pensamentos e intervenções. Trata-se, então, de se apreender fazendo, como sugerem os conceitos mais modernos da Educação. Neste sentido, a Metodologia Científica nada mais é do que a disciplina que “estuda os caminhos para o saber”. (BELLO, 2007)

Pode-se dizer que estudar é ir à procura do conhecimento, sendo seu maior objetivo o aprender. Estudar faz com que alguém se torne uma pessoa ponderada, aberta, crítica e avaliativa frente a outras opiniões e inclusive um favor significativo de aproximação do homem e suas culturas.

Para um bom estudo não é necessário que se tenha dotes extraordinários. Basta uma inteligência normal, o resto é completado pela força de vontade, dedicação e a utilização de algumas técnicas, estabelecendo uma hierarquia de valores em sua vida. É necessário que o aluno reorganize seu tempo para as atividades de lazer, trabalho e estudo. Disponibilizando o tempo para o estudo é necessário desenvolver técnicas para tornar o seu tempo mais produtivo.

“O estudante que não conhece outros detalhes sobre leitura, revisão e o fichamento pouco ou nada produzirá, mas quem utilizar as técnicas de leitura revisão e fichamento, certamente lerá boas paginas em dez minutos, descobrirá e assinalará a ideia principal, as palavras-chaves e os pormenores de um texto”. (RUIZ, 1996, p.23)

Com o aumento da leitura, os saberes e pensares possibilita as intervenções argumentativas do aluno. Além disso, para o melhor aproveitamento no processo de análise de texto, é necessária a utilização de algumas técnicas, tais como: sublinhar, esquematizar, resumir e fichar.

1.1 A PESQUISA CIENTÍFICA

A pesquisa é a busca constante do conhecimento, a resposta de um problema a ser respondido pelo pesquisador. Durante o processo de escolha de temas surgem muitas dúvidas em relação aos tipos de pesquisa existente e, como aplicá-las, serão apresentadas algumas destas questões neste capítulo. Neste sentido pesquisar significa descobrir novo saberes científicos que possibilitam o desenvolvimento da ciência.

“... a pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos mediante o emprego de

métodos científicos. (ANDRADE, 2009, p.16).

A pesquisa nos permite resolver, por intermédio de soluções apresentadas no estudo com métodos e resultados, o problema levantado.

“... nos apresenta a pesquisa social, cujo propósito consiste em descobrir resposta para problemas, através do emprego de procedimentos científicos. O processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.” (GIL, 2006, p. 42

A partir dessa definição, a pesquisa social permite a ampliação dos conhecimentos no campo da realidade social, entendida aqui em seu sentido amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem e seus relacionamentos entre si e instituições sociais.

Segundo Assis (s.a). A pesquisa caracteriza-se de forma qualitativa, considerando o interesse pessoal, a relevância social e científica, a autonomia, criatividade. De acordo com as várias finalidades, a pesquisa pode ser classificada em dois grupos:

- a) Pesquisa pura – busca aquisição de conhecimento através da ciência, sendo este formalizado e generalizado visando à construção de teorias e leis.
- b) Pesquisa aplicada – destina-se a aplicar os conhecimentos

científicos para a solução de vários problemas individuais ou coletivos.

Segundo Lakatos e Marconi (1999, p.21), o critério para a classificação dos tipos de pesquisa depende do enfoque dado pelo autor e de interesses, condições, campos, metodologias, situações, objetivos, objetos de estudo.

Em uma mesma pesquisa podemos ter, ao mesmo tempo, várias classificações, obedecendo aos requisitos inerentes a cada tipo. Para a realização de uma pesquisa científica é de fundamental importância a utilização de métodos e técnicas de pesquisa.

1.2 TIPOS DE PESQUISA

Os critérios para classificar o tipo de pesquisa do trabalho exposto variam de acordo com a área das ciências, a natureza, os objetivos, os procedimentos, o objeto, a forma de abordagem.

Para Gamboa (1982), a pesquisa científica possui um caráter interdisciplinar e multiparadigmático e pode ser classificada como:

- a) Pesquisa Exploratória – Tem como objetivo maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito; construção de hipóteses e o aprimoramento de ideias ou a descoberta de fatos. Esta pesquisa envolve: Levantamento

bibliográfico; entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise dos dados coletados para a compreensão dos fatos pesquisados. (VALENTE, 2006, p.34)

- b) Pesquisa Descritiva – Uma das características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, descrição das características de determinados fenômenos população ou estabelecimento de relações de variáveis. Este método utiliza-se de: distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental. Estuda-se também: nível de atendimento dos órgãos público de uma comunidade, as condições de habilitação de uma determinada comunidade, o índice de criminalidade;

São incluídas, ainda, neste grupo de pesquisa aquelas que objetivam levantar opiniões, atitudes, crenças de uma população, as pesquisas eleitorais que indicam associações entre preferências político partidárias e nível de rendimentos de escolaridade, sexo. (VALENTE, 2006, p.34)

- c) Pesquisa Explicativa – Objetiva identificar os fatores que determinam ocorrências dos fenômenos; explicar as razões os porquês sendo que estas deverão estar bem descritos e detalhados. (VALENTE, 2006, p.35)

1.3. INTERVENÇÃO DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Os grupos de estudo estão tornando-se cada vez mais salientes dentro das IES,

sendo estes pela necessidade de construção científica e também da ciência do saber. Este tem sido considerado um lugar em que se vivencia a cultura universal e que tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo organizada para a formação de profissionais que atuarão na sociedade.

Segundo Rodrigues (2006), tal reprodução e produção devem ser acompanhadas de uma análise crítica, reflexiva e criativa para que os profissionais formados possam ingressar na sociedade de maneira competente e atuante.

A pesquisa científica tem por objetivo contribuir com a evolução dos saberes humanos em todos os setores, sendo sistematicamente planejada e executada através de rigorosos critérios de processamento das informações. Os trabalhos de graduação devem produzir ciência, ou dela derivar, ou acompanhar seu modelo de tratamento. (FONTE, 2004).

Encontramos na figura do professor mediador da disciplina de metodologia nas graduações a ponte entre normas, métodos e saberes adquiridos para sua vida profissional solucionando problemas em seu ambiente de trabalho ou juntamente com a sociedade escolar.

METODOLOGIA

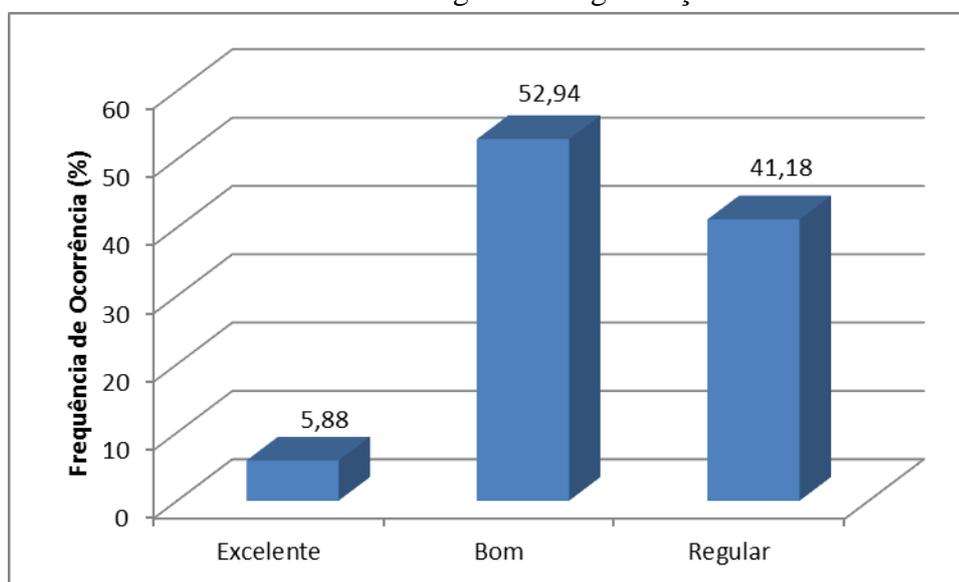
Neste trabalho foi utilizado o método indutivo numa abordagem quantitativa, distribuídos, aos acadêmicos do último semestre de Bacharelado em uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Estado de Alagoas, nove questionários estruturados com perguntas fechadas. Houve a preocupação em pesquisar fontes teóricas na área de Metodologia Científica, perfazendo assim um levantamento bibliográfico para fundamentar os objetivos da pesquisa.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Foram distribuídos dezessete instrumentos de pesquisa com o intuito de subsidiar a análise a seguir:

O primeiro questionamento foi acerca do grau de conhecimento em relação aos objetivos da disciplina Metodologia da pesquisa Científica ao ingressar na graduação. A maioria dos alunos (52,94%) respondeu que seu conhecimento era bom, 41,18% considerava regular e 5,88% excelente (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Nível de conhecimento em relação aos objetivos da disciplina de Metodologia Científica ao ingressar na graduação.



O exposto reforça a falta de comprometimento das modalidades de ensino que antecedem o superior em preocupar-se com a ascensão de seu alunado aos cursos de graduação. Visto que

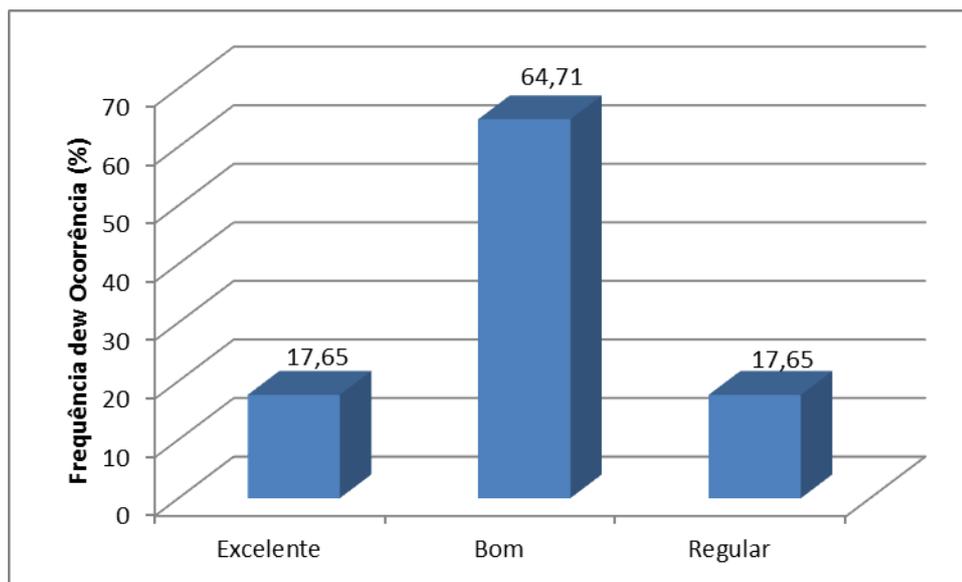
as posturas de estudos do estudante “devem mudar radicalmente, embora explorando tudo o que de correto aprendeu em seus estudos anteriores” (SEVERINO, 2007.p.38).

No gráfico 02 é possível observar que 67,71% dos alunos consideram que seu conhecimento atual em relação aos objetivos da disciplina é bom, enquanto que 17,65% consideram excelente ou regular.

Desta forma, é possível afirmar que a disciplina proporciona tal esclarecimento frente aos seus objetivos. Pois para Teixeira (2010, p.17) “irá tratar da discussão sobre a construção do conhecimento e dos trabalhos acadêmicos

que passamos a elaborar e apresentar quando enveredamos no meio acadêmico dentro da graduação”. Este conhecimento nos proporciona o ato de estudar e pesquisar transformando nossas formas de estudar e pesquisar, nos quais irá nos proporcionar um conhecimento científico satisfatório, proporcionando instigar nossos saberes científicos e passaram a fazer parte de nosso cotidiano profissional para continuidade deste saberes.

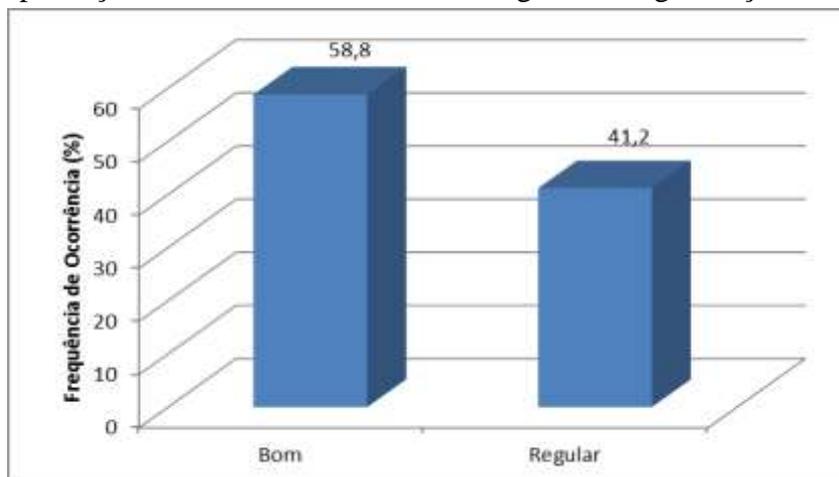
Gráfico 02 – Nível de conhecimento atual em relação aos objetivos da Disciplina Metodologia Científica.



Em relação às regras, ferramentas e métodos utilizados na produção de trabalhos científicos ao entrar na graduação 58,8 % consideraram bom seu

conhecimento, enquanto 41,25 reconheciam como regular seu conhecimento.

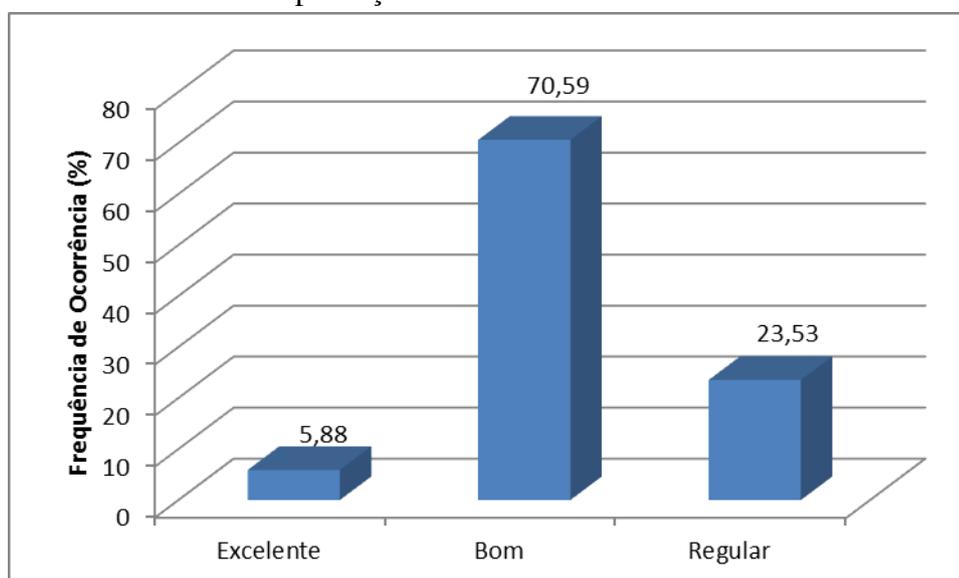
Gráfico 03 – Nível de conhecimento em relação às regras, ferramentas e métodos usados na produção de trabalhos científicos ao ingressar na graduação.



Quando indagados sobre o nível de conhecimento atual as regras, ferramentas e métodos na produção de trabalhos científicos reconhecemos e reforçamos a importância da disciplina na produção destes trabalhos. Para Severino (2007,p.39) “é com o auxílio deste instrumento que o estudante se organiza na sua vida de estudo e disciplina sua vida acadêmica.”

Sobre o nível atual de conhecimento das regras, ferramentas e métodos usados na produção de trabalhos científicos: responderam 70,59 % bom conhecimento, 23,53% regular e 5,88 têm conhecimento excelente. Reforçando a importância da disciplina na produção desses trabalhos.

Gráfico 04 – Nível de conhecimento atual em relação às regras, ferramentas e métodos usados na produção de trabalhos científicos.

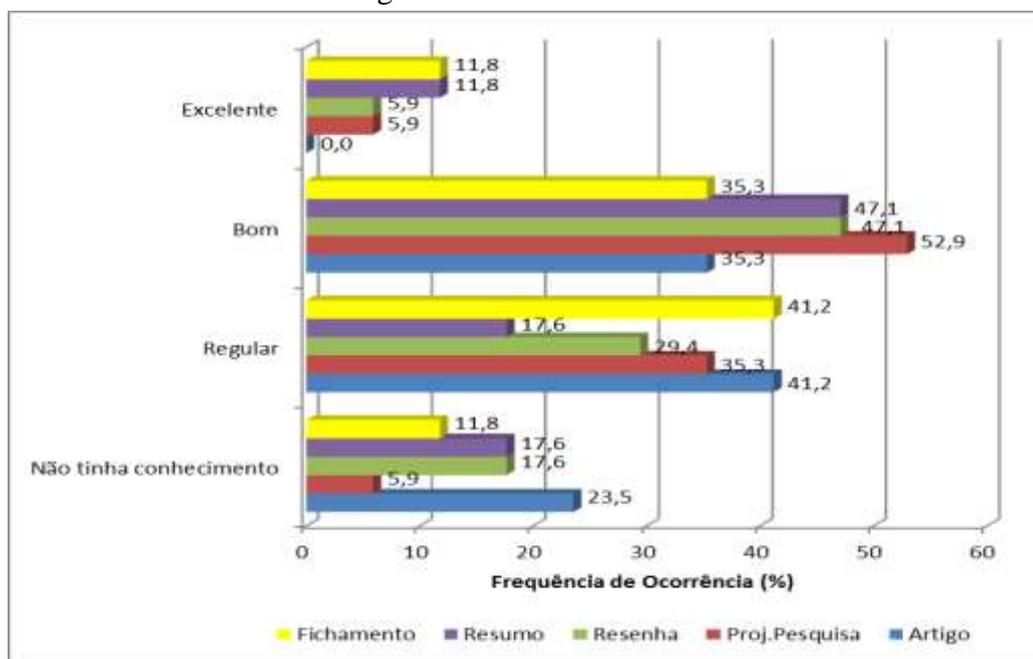


Nesse aspecto verifica-se que ao ingressar na graduação” o estudante dar-se-á conta de que se encontra diante de novas formas e exigências específicas para a continuidade de sua vida de estudos “de seus saberes junto a leitura e interpretação da leitura e escrita exigindo mais de sua forma de estudar.(SEVERINO, 2007, p.38).

Quanto ao conhecimento sobre as principais produções científicas ao ingressar na faculdade, a maioria dos alunos respondeu que: Fichamento 11,8% tinham um conhecimento excelente, 33,3% consideram um bom conhecimento, 41,2% tinham conhecimento regular e 11,8 não

tinham conhecimento. Resumo: 11,8% tinham conhecimento excelente, 47,1% conhecimento bom, 17,6 conhecimento regular e 17,6% responderam não ter conhecimento nenhum antes de cursar o ensino superior. Resenha: 5,9% tinham um conhecimento excelente, 47,1% bom, 29,4% regular e 17,6% responderam não ter conhecimento. Projeto de Pesquisa: 5,9% conhecimento excelente, 52,9% conhecimento bom, 35,3% conhecimento regular e não tinham conhecimento 5,9%. Artigo: conhecimento excelente 11,8%, conhecimento bom 35,3%, conhecimento regular 41,2% e não tinham conhecimento 11,8%.

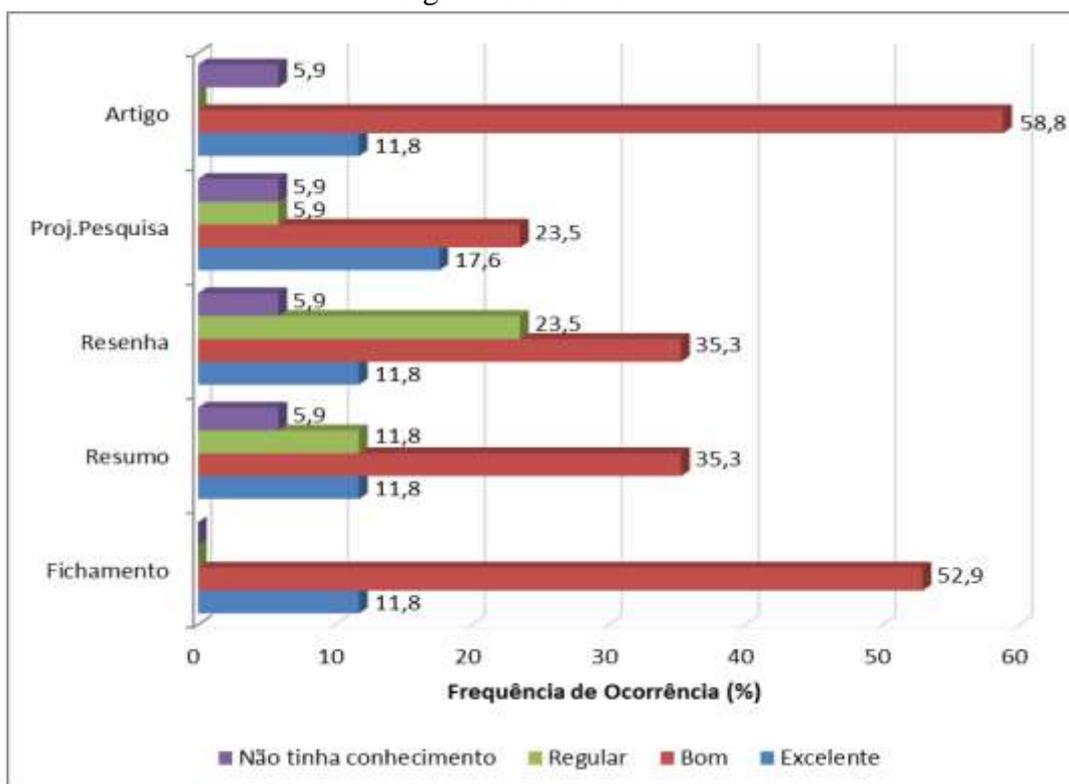
Gráfico 05 – Nível de conhecimento em relação às principais produções científicas ao ingressar na faculdade.



A partir do seu ingresso na faculdade, “o estudante dar-se-á conta de que se encontra diante de exigências específicas para a continuidade de sua vida de estudos.”(SEVERINO,2007,p.38).

Ao ingressar na faculdade, a missão do estudante é construir através do estudo seu conhecimento científico sabendo da importância que ele tem, sua necessidade e quais ações que fazem parte deste contexto.

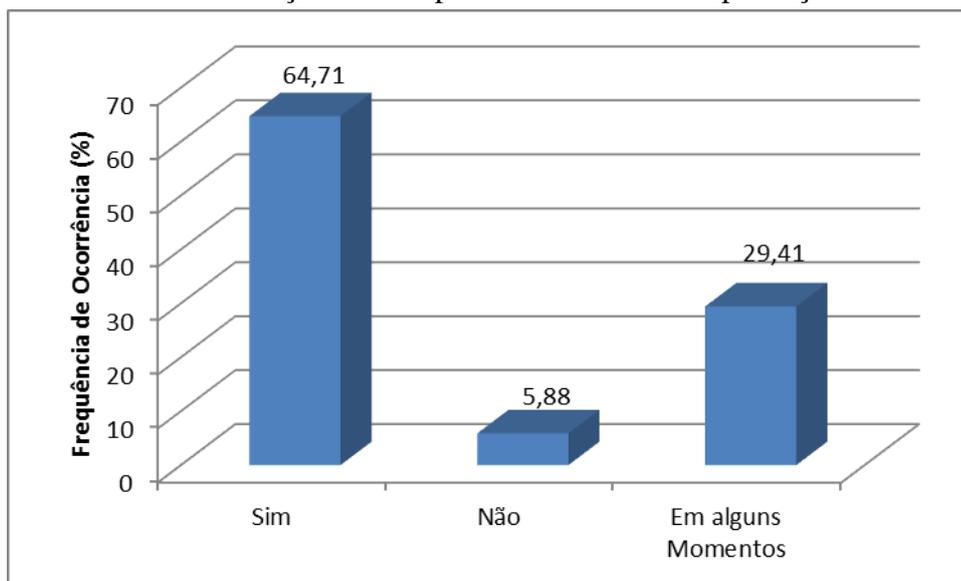
Gráfico 06 – nível de conhecimento atual em relação às principais produções científicas ao ingressar na faculdade.



Levando em consideração as dificuldades apresentadas pelos acadêmicos no início de sua graduação, percebe-se a importância da disciplina de metodologia Científica como forma de esclarecimento, juntamente com suas formas e métodos de construção de seus saberes, desenvolvida durante a graduação, pois sendo assim apontará caminhos mais seguros na construção do conhecimento científico.

Ao questionarmos os acadêmicos se a Disciplina de Metodologia Científica ajudou a melhorar o nível de suas produções acadêmicas, as respostas foram: 64,71% informaram que sim, enquanto 58,8% responderam não e 29,41% acadêmicos disseram que em alguns momentos a disciplina possibilitou essa melhoria.

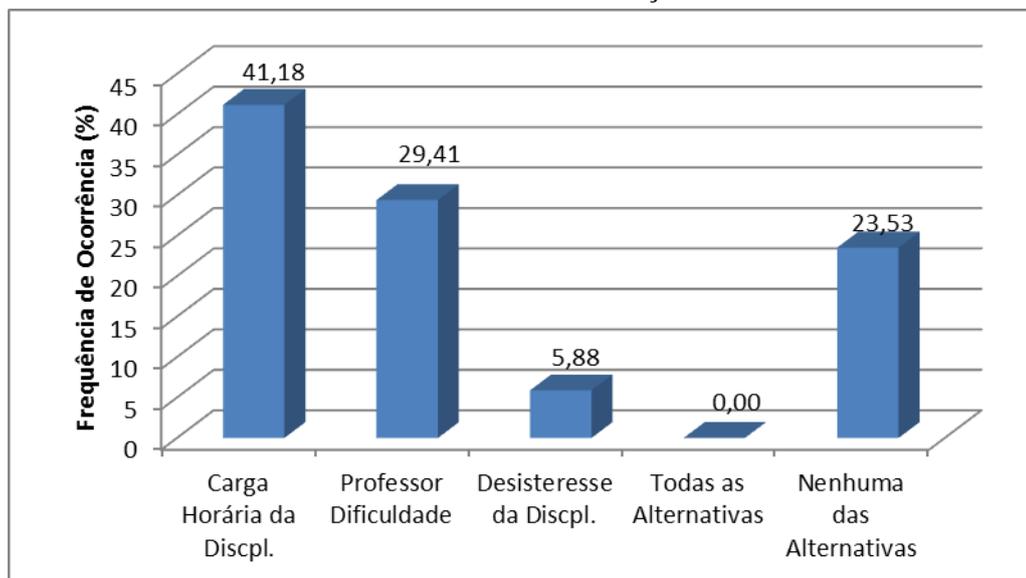
Gráfico 07 – A contribuição da disciplina no nível de suas produções acadêmicas.



O resultado dessa proposição responde ao questionamento inicial sobre a Metodologia Científica que este trabalho propôs, pois a produção acadêmica e O

“conhecimento científico exige a utilização de métodos, processos e técnicas especiais para análise, compreensão e intervenção na realidade” (TEIXEIRA,2010, p.85)

Gráfico 08 – Dificuldades enfrentadas na construção dos trabalhos acadêmicos.

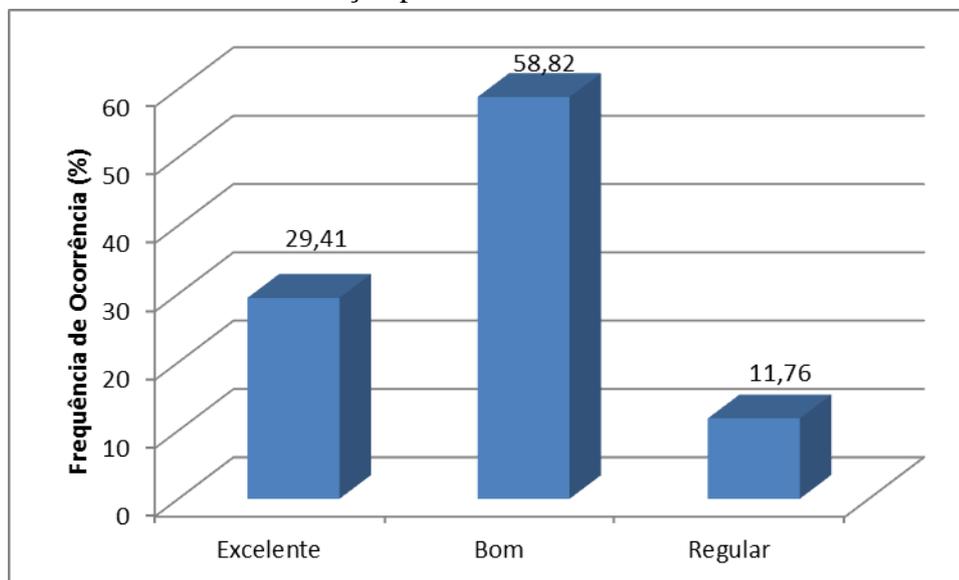


Quando indagados quanto a disciplina de metodologia Científica auxiliar na construção do saber e do pensar

científico em relação a sua intervenção profissional ou acadêmica, obteve-se as seguintes respostas. 29,41% responderam

que a contribuição foi excelente, 58,82 responderam que a contribuição era boa, enquanto que 11,76 foi uma contribuição regular.

Gráfico 09 – Contribuição da disciplina na construção do saber e do pensar científico na sua intervenção profissional ou acadêmica.



O estudo é um procedimento metodológico utilizado nos cursos de graduação, visto que possibilita a aquisição e produção de conhecimento científico propícios conteúdos para a elaboração dos trabalhos acadêmicos e conduz à análise e a interpretação fundamentais para a construção do saber.

Segundo Severino (1999, p. 49), o texto e a linguagem significam o meio intermediário pelas quais duas consciências se comunicam. Ele é o código que cifra a mensagem.

Sendo assim, o estudante deve ler e compreender o que esta lendo e através desta compreensão utilizar-se de técnicas para a economia de tempo e um melhor aproveitamento dos estudos.

CONCLUSÃO

Buscou-se abordar as competências que o professor e alunos necessitam para o sucesso no meio acadêmico, na tentativa de instigar os educandos no processo de aprendizagem, juntamente com as exigências do mercado devido a globalização dos conhecimentos agregando as práticas pedagógicas e aos diversos recursos didáticos a fim de melhorar a qualidade de ensino e a sua aplicabilidade de seus saberes adquiridos durante o período de graduação.

Os dados pertinentes a pesquisa realizada neste trabalho em relação a disciplina de Metodologia Científica, vistas as dificuldades que surgem no momento em

que o estudante ingressa a IES, puderam confirmar sua importância para a construção deste conhecimento e seus saberes para o desenvolvimento e continuação deste processo em sua vida profissional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Técnicas para elaboração de seminário. In:_____.Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BELLO, J. L. P. Metodologia Científica. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://pedagogiaemfoco.pro.br/metol.htm>>. Acesso em julho.2013.

BETTI, M. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexão a luz da filosofia da ciência. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*. São Paulo v.19 n.3, Julho/setembro 2005;

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FONTE, N. N. Pesquisa científica: o que é e como se faz. [S.L:s.ed,s.d], 2004;

GAMBOA, S. S. EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA: as inter-relações necessárias. Maceió: EDUFAL, 2007.

LAKATOS, E. M.; ANDRADE, M. Persquisa. In: _____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Metodologia científica. In:_____.**Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. Ed., 6. Reimp. São Paulo: Pioneira, 2006.

RODRIGUES, A. J. O Acadêmico. In:_____. **Metodologia Científica**. São Paulo: Avercamp, 2009.

RODRIGUES, A.J. *Metodologia Científica: completo e essencial para a vida*
SANTOS, A. R. S. A importância da Metodologia Científica para Estudantes no Contexto Universitário. **Data: 28.07.2013 – 20:33 hs. www.meuartigo.brasilecola.com> Educação.**

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guias para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. rev. E atual. São Paulo, SP: Cortez,2007

SANCHEZ Gamboa, Silvio, **Epistemologia da Pesquisa em Educação**, Campinas, UNICAMP, Tese de doutorado em Educação, 1987.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 7. Ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
VALENTE, E. F. **Manual de Metodologia da Pesquisa**. Maceió-AL: 2006.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

CYBERCULTURALISMO NOMOFÓBICO: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Sandro Moretti Silva¹
Simone Maria dos Santos Vanderley²
Betijane Soares de Barros³

RESUMO

Esse artigo sintetiza os impactos causados através do mau uso do smartphone no ambiente educacional, pelos aprendentes, dessa forma conscientizando a sociedade, que apesar do empoderamento das novas tecnologias trazerem conectividade e convergência e aproximar a sociedade educacional globalizada por um lado, por outro, tem provocado intempéries como a crise civilizacional, transformando os sujeitos em seres antissociais devido à síndrome da nomofobia e insolado os mesmos no matrix da cybercultura afetando dessa forma psicologicamente o indivíduo, e mudando assim o seu comportamento sociocultural. A metodologia adotada visa o esclarecimento da pesquisa, por meio de revisão bibliográfica, com enfoque de natureza qualitativa. A educação tem um papel sociocultural, por meio do docente, de intervir através da mediação conscientizando os aprendentes a mudar cognitivamente seu comportamento de conectividade e de isolamento no matrix digital, para um comportamento sociointeracionista humanista e cognoscente para o uso mais moderado do smartphone.

Palavras-chaves: Educação, Cybercultura, Nomofobia.

¹ E-mail: Sandromoretti29@hotmail.com

² E-mail: simonewassu@gmail.com

³ E-mail: bj-sb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O século XXI tem sido marcado por processos científicos, tecnológicos e econômicos, relacionados a diferentes aspectos da globalização, que provocaram profundas mudanças ideológicas, culturais, sociais e políticas. Não há como negar que, comportamentos e hábitos da sociedade hodierna sofreram alterações em função do desenvolvimento tecnológico. Esses impactos profundos são perceptíveis nas sociedades contemporâneas. O mundo moderno não vive mais sem estar conectado à rede mundial de computadores. Estar conectado à Internet, já faz parte do contexto social-cultural de toda a sociedade, nos mais diferentes segmentos do mundo globalizado, como por exemplo, no sistema governamental político e judiciário, no ambiente acadêmico, nas empresas privadas, nas organizações não governamentais e inclusive no ambiente educacional.

Esse empoderamento tecnológico tem provocado mudanças sociais, culturais e comportamentais nos discentes hodiernos. Esse novo alvorecer conectivo e competitivo, tem desafiado os docentes atuais na busca de novas metodologias capazes de interferir e equilibrar essa desigualdade, entre as novas tecnologias e o paradigma tradicional de ministrar aulas didáticas a quarta geração digital (4G).

Diante dessa problemática acima, alude-se o seguinte objetivo geral: Que instrumentos pedagógicos serão capazes de mudar a conjuntura autofágica e narcísica dos discentes ao idolatrar o matrix das novas tecnologias? Essa reflexão profunda promove os seguintes objetivos específicos:

1. Explicar quais são os efeitos do empoderamento da cybercultura no comportamento dos discentes hodiernos;
2. Examinar que rupturas psicológicas e sociais têm sido provocadas nos aprendentes, ao estarem conectados ao matrix tecnológico 24 horas por dia;
3. Intervir com instrumentos psicopedagógicos e multidisciplinares para minimizar o efeito da síndrome da nomofobia nos educandos.

O desenho metodológico dessa pesquisa tem aporte bibliográfico com revisão de literatura de renomados teóricos que vão e voltam a fim de esclarecer a natureza qualitativa dessa investigação.

Justamente pensando, nesse desvelo educacional que inquieta os docentes modernos, e devido às rupturas provocadas nas relações entre docente/ discente, que resultam em comportamentos psicopatológicos e psicossomáticos de ansiedade e estresse, despertou em mim o desejo de investigar como intervir e minimizar essas intempéries na comunidade educacional. É lamentável que, esse empoderamento da cybercultura venha

provocando essa crise civilizatória entre os atores educacionais no momento de interação social no ambiente educacional, duramente ameaçado pelo uso imoderado do smartphone pelos seus alunos. Nesse contexto pretende-se a priori, explicar como o empoderamento da cybercultura viciante tem provocado alterações comportamentais nos discentes.

1. O MULTICULTURALISMO EDUCACIONAL E O EMPODERAMENTO DA CYBERCULTURA

Devido ao advento do intenso desenvolvimento das novas tecnologias contemporâneas penetrando nas dobras sociais, percebe-se mudanças de relacionamento na sociedade multicultural produzidas pelo empoderamento da lógica digital. Tudo isso, devido à criação de espaços de valores e representações culturais dependentes de recursos respaldados na disseminação de uma CYBERCULTURA podendo ser entendida como a forma sociocultural de uma relação de trocas entre a sociedade à culturada, e as novas tecnologias, surgidas na década de 70, graças à convergência das telecomunicações com a informática, que determina o empoderamento das configurações inéditas nas inter-relações entre os sujeitos educacionais.

Todo esse determinismo advém do capitalismo contemporâneo em consequência da ciência versus tecnologia, que tem contribuído para o surgimento do fenômeno da globalização, acelerando mudanças nos processos de estruturação social, gerando um mundo sem fronteiras e se desvinculando da grafia enunciada do passado. Esse processo tecnológico e histórico da cybercultura tem provocado preocupações na sociedade moderna digital, trazidas pelos recursos globais, somadas às demandas flexivas advindas de outras culturas transformando a multicultural brasileira em uma miscelânea de padrões comportamentais, e estabilizando a sua identitária abalroada em mudanças de valores provocando rupturas sociais entre seus semelhantes.

Segundo Rojo (2012), no caso brasileiro, em nossas salas de aula, essa mistura de culturas, raças, e cores não constitui constatação tão nova, embora passe o tempo todo quase totalmente despercebida ou propositadamente ignorada. Para a autora, a produção cultural atual se caracteriza por um processo de desterritorialização, de descoleção e de hibridação que permite que cada pessoa possa fazer “sua própria coleção,” sobretudo a partir das novas tecnologias.

Tomemos educação como o processo de incorporação

intelectual e afetiva, pelos indivíduos, dos princípios e das forças que estruturam o bem de uma formação social. A preparação do indivíduo para assimilação dessa forma constitui, em níveis diferenciados, a educação, que não se confunde com instrução pura e simples (o ensino ou capacitação para o exercício de funções específicas) nem com a cultura, tradicionalmente entendida como modo de produção de sentido para a totalidade social. Educar é socializar, individualizando, isto é, primeiramente inscrever a criança no ordenamento social desejado e depois criar as condições cognitivas e afetivas para sua autonomia individual como adulto (SODRÉ, 2012, p. 15,16).

Nesse processo civilizatório da sociedade multicultural brasileira em sala de aula, é perceptível o empoderamento da cybercultura, porém, há um descompasso em seu letramento digital (o mau uso das ferramentas tecnológicas), em todo esse processo de sociabilidade nas inter-relações, pois, muitos discentes, mesmo sabendo digitalizar suas ferramentas tecnológicas, seja no sistema Android, ou no sistema Windows, ainda desconhecem a legislação, e por isso, fazem mau uso dessas ferramentas tecnológicas, podendo dessa forma ocasionar violação da legislação federal, como bullying (agressões intencionais, verbais ou físicas) cyberbullying e Sexting (mensagens

sexualmente explícitas, intimidadora ou depreciativa, mau uso das imagens de outros, ou mesmo violação dessas imagens para uso impróprio) nas redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram e etc) na sua relação sociocultural digital no cotidiano educacional.

A Lei 13.185/15 considera-se sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Da mesma forma o cyberbullying quando a internet for utilizada para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar constrangimento psicossociais (QUENTES, 2015).

Nesse processo de crise civilizatória, está o polivalente da educação que além de mediador cognitivo do saber, agora necessita ser um capazório das novas tecnologias para minimizar as intempéries nas inter-relações entre os discentes educacionais no processo da cybercultura no contexto sala de aula. De sobremaneira que o educador tem o papel de subsidiar mudanças no cenário educacional.

Então, propõe que se deve reconhecer que as tecnologias têm

um papel apenas instrumental, e que seu caráter é de complementariedade nas ações pedagógicas. Ao pesquisador da área, “a que cabe subsidiar certas mudanças no cenário educacional”, coloca-se o desafio de refletir e “... desvencilhar-se das amarras de uma dependência de soluções importantes o que, de maneira alguma significaria isolacionismo no campo do conhecimento científico (PINTO, 2007, p27).

Segundo Filloux (2010), um sistema educacional é formado por duas espécies de elementos. De um lado, há todo um conjunto de disposições definidas e estáveis, de métodos estabelecidos, ou seja, em uma palavra, de instituições; mas, ao mesmo tempo, dentro da máquina assim constituída, há ideais que trabalham e que a solicitam para que mude. Em outras palavras, o ensino educacional secundário, se apresenta como um conjunto de estabelecimento de organização material e moral que determina e abriga ao mesmo tempo, as aspirações do indivíduo em busca de algo. A escola descumbe esse papel, não somente como lugar de educação moral, mas também como um lugar de instrução e de aquisição de saberes, onde é promovida a perspectiva sociocultural educacional.

Pode-se assim dizer que a cibercultura contemporânea tem um papel preponderante nas camadas sociais

subsidiadas pela educação, e dessa forma estão cada vez mais próximas. Em outras palavras adquirindo e sendo herdado pelas novas gerações do cultivo do bom gosto, do estilo, e do talento, quando utilizada em benefício da sociedade aculturada. Permeando ideologicamente o devido dom, acreditando na transmissão quase osmótica do capital cultural, e transformando as desigualdades sociais em desigualdades de dons ou méritos. Embora a aprendizagem passe por uma divisão especializada de quem ensina, e de quem aprende esse processo, pois o mesmo não é efetivamente universal. Assim, o mundo hoje encontra-se em meio há intensas transformações. Desde a integração econômica, e cultural, superação de fronteiras com criação de grandes blocos de tendência hegemônica, como a União Europeia, o Mercosul e outros. Outro aspecto a considerar é o resultado de todo esse contexto sociocultural; a inerte sociedade corolariana nomofóbica educacional.

2. A INERTE SOCIEDADE COROLARIANA NOMOFÓBICA EDUCACIONAL

O processo educacional de ensino-aprendizagem tem sido marcado pelas condições inertes da sociedade corolariana da nomofobia, entre os discentes nas suas relações biopsicossociais no contexto da

sala de aula. A nomofobia (é a fobia causada pelo desconforto ou angústia resultante da incapacidade de acesso à comunicação através de aparelhos celulares ou computadores ou ficar off-line) a dependência do smartphone na sociedade moderna é tão grande que não consegue mais, se desgrudar desse hábito que pode trazer consequências físicas e psicológicas. Esse termo é uma abreviação do inglês (no-mobile-phone, phobia) criado no Reino Unido para descrever o pavor de estar sem o smartphone online na web (YONG, 2015).

Desde a entrada dos primeiros computadores e telefones celulares na vida dos indivíduos, começamos a perceber também o surgimento de mudanças significativas nos hábitos, costumes, comportamentos, emoções e nas relações pessoais e sociais resultantes nessa interatividade. Com isso, surgiu a necessidade de se buscar compreender a dimensão, os aspectos e consequências dessas alterações em relação aos benefícios, prejuízos, ganhos ou perdas relacionadas com o uso ou abuso dessas novas tecnologias. A adoção de novas tecnologias digitais e a massificação do acesso da população à Internet, smartphones e redes sociais, estão mudando o modo de vida das pessoas e criando uma nova dinâmica social. Vivemos na era da informação: tudo é rápido, acessível e volúvel. Muito sabemos sobre os avanços das

tecnologias no setor econômico, mas quase nada se discute sobre os efeitos no comportamento humano. Se o telefone celular serve para aproximar pessoas distantes, por vezes, atualmente também percebemos que distancia pessoas mais próximas. O uso abusivo das tecnologias ganha novos adeptos diariamente de maneira silenciosa e preocupante. Pela primeira vez no Brasil, um livro aborda de forma estruturada e científica um problema tão moderno, mas pouco debatido dentro das famílias, empresas e sociedade (KING, 2015, p.1).

Borges enfatiza (2016), percebemos que a concepção sobre o uso do celular para muitos ainda é considerado algo corriqueiro. Além disso, apesar das pesquisas documentarem que se trata de um problema crescente de atendimento à saúde que é tratada com terapias e até medicamentos, o entendimento científico do problema ainda está em evolução. Para sanar as dúvidas sobre o assunto, o artigo foi elaborado para informar aos leitores sobre os males causados está síndrome, objetivando analisar nomofobia entre os alunos do CCSA-UFRN, buscando, desta forma, dados que evidenciem a faixa mais afetada e quais sintomas são mais presentes entre os entrevistados. Além disso, apontaremos quais os principais sintomas que desencadeiam esse tipo de síndrome psicológica.

O primeiro estudo sobre dependência em internet aconteceu no ano 1996 pela Dra. Kimberly Yong nos Estados Unidos da América. No estudo realizado, ela apresentou seus achados sobre 600 sujeitos que satisfaziam uma versão modificada dos critérios considerados para os viciados em jogos de azar. Seu artigo "Internet Addiction: The emergence of new disorder" no início provocou controvérsias, mas depois as pesquisas sobre a dependência nessa área só aumentaram com o passar dos anos. Em 1999, a maior pesquisa feita sobre o assunto foi realizada com 17.000 pessoas detectando a dependência presente em 6% da população entrevistada nos Estados Unidos (YONG, 1996, p.240).

Segundo Borges (2016), a sociedade vive no tempo das incertezas e mudanças. O laço humano poderia ser duradouro, seja em relacionamentos afetivos ou profissionais, mas são descartáveis como objetos. É o que acontece no mundo virtual, tudo é consumido e descartado com facilidade. Bauman, na juventude, conheceu o sentido das palavras laço e comunidade e é por isso que ele desconfia dessa conectividade toda das redes sociais. A Internet é tão fácil de conectar, mas o maior atrativo é quando você consegue se desconectar e romper as relações. O indivíduo experimenta uma sensação de conforto e prazer quando está na Internet, em razão de estar conectado, pois nesse meio o indivíduo não pode ser

julgado ou criticado. Quando se desconecta, sente uma sensação de angústia, de estar sozinho fora da rede. Muitos não sabem, mas isso está atribuído ao Transtorno de Nomofobia, e esse transtorno muitas vezes interfere na vida, nos costumes, no comportamento e nos hábitos do indivíduo.

Com o uso de celulares como instrumento de comunicação indispensável, a configuração das relações interpessoais mudou drasticamente. A nova construção social se baseia em relações sem grandes intimidades, mas, virtualmente, as pessoas se relacionam de maneira ilimitada. "É um contexto paradoxal, ao mesmo tempo em que não há um contato com o outro, há um contato com o mundo consequentemente o outro." (PSICOQUE, 2013). As reportagens e notícias sobre a nomofobia é caso frequente atualmente nas diversas mídias de comunicação. O vício digital que antes era associado apenas ao uso do computador, atualmente é voltado para a utilização exacerbada do telefone móvel (BORGES, 2006, p.1).

No ambiente educacional não é diferente, os discentes no contexto sala de aula, muitas vezes se desconecta das aulas que estão sendo ministradas pelo professor, seja qual for a disciplina, para estar conectado no smartphone nas redes sociais ou ouvindo áudios musicais por meio do seu aparelho celular. Esse comportamento interdisciplinar muitas vezes interfere no

processo de ensino-aprendizagem, necessitando muitas vezes que o profissional da educação interfira e chame a atenção do aprendente ou pedir que este guarde o aparelho celular, ou muitas vezes o próprio profissional da educação acabar por confiscar o aparelho.

A adoção de novas tecnologias digitais e a massificação do acesso da população a internet, smartphones e redes sociais estão mudando o modo de vida das pessoas e criando uma nova dinâmica social. Vivemos na era da informação: tudo é rápido, acessível e volúvel. Muito sabemos sobre os avanços das tecnologias no setor econômico, mas quase nada se discute sobre os efeitos no comportamento humano. Se o telefone celular serve para aproximar pessoas distantes, por vezes, atualmente também percebemos que distancia pessoas mais próximas. O uso abusivo das tecnologias ganha novos adeptos diariamente de maneira silenciosa e preocupante. Pela primeira vez no Brasil, um livro aborda de forma estruturada e científica um problema tão moderno, mas pouco debatido dentro das famílias, empresas e sociedade (KING, 2016, p. 1).

Isso ocorre devido ao nível neurobiológico chamado de sistema de recompensa cerebral (SRC) que tem a função de estimular comportamentos que corroboram com a manutenção da vida. Quando o Sistema de Recompensa Cerebral

é ativado, é liberado para os neurotransmissores a dopamina, resultando em imediato as sensações de prazer e satisfação. Essa dependência do smartphone provoca hiperatividade constante, resultando na nomofobia, que poderá no futuro provocar transtornos psiquiátricos, como ansiedade, depressão, impulsividade, fadiga, patologia ocular, dores musculares, tendinites, cefaleia, distúrbios do sono e sedentarismo (CRIPPA, 2017).

O grande problema em questão é que todos os dispositivos que os smartphones e tablets oferecem é o de proporcionar prazer e recompensa. Através desta lógica, se algo nos proporciona prazer (ou dopamina no cérebro) a estratégia ou recurso mais eficaz, é substituir o prazer ocasionado pelo uso do celular, por outros reforçadores que podemos encontrar no nosso ambiente: Um amor real, atividades esportivas e interativas, a companhia de amigos em uma festa, tentar resgatar hábitos positivos e mantenedores de relacionamentos reais com amigos e principalmente com a família, e assim resgatar o afeto, o carinho, o toque e o “olho no olho”. Em outras palavras, resgatar as nossas vivências reais (TRAZZI, 2016, p.3).

Use as regras dos 45 minutos, a primeira coisa que você deve fazer ao acordar; você deve se preparar para o dia a dia que terá pela frente, ir ao banheiro,

preparar o café da manhã, se alongar, se vestir e arrumar. Se for casado (a, beije seu parceiro (a). Não cheque o celular antes disso. Ao dirigir desligue o celular, para evitar acidentes, por proteger você e os outros motoristas e pedestre. Se a pessoa apresenta diversos sinais e sintomas muito parecidos com a dependência de drogas: como fissuras a usar o telefone célula para se sentir melhor, quando está pra baixo, isso é indício que você está com a síndrome da nomofobia, procure ajuda profissional de um psicólogo (CRIPPA, 2017).

Entre as soluções para a síndrome, pode ser citada a prática de exercícios, clínicas de desintoxicação e a ingestão de medicamentos. (INSTITUTO DELETE, 2015). Aguirre 2013, afirma que: Especialistas explicam que esta é uma dependência emocional e o que deve ser feito para enfrentar o exercício de desconexão não apenas o telefone, mas tudo isso significa que produz hábito: Facebook, *Twitter*, *Chat*, etc. Eles apontam que para os seres humanos é o contato físico necessário e essencial com seus pares em preferência àqueles que outro virtual. (CRIPPA, 2017).

Para tentar afastar a inercia do aprendente, se faz necessário que o professor opte, por estudos interdisciplinares e multidisciplinares, para tentar minimizar esse comportamento nomofóbico, ajudando o aluno a sair da matrix por desligar o celular ou

desconectar-se das redes sociais. Ficando off-line, o aluno poderá concentrar sua atenção nas aulas que estão sendo ministradas no contexto de sala de aula, dando atenção aos que estão em sua volta, e que desejam o seu bem-estar. O mediador pedagógico despertará o alvorecer científico, a formação de uma cidadania consciente, o fortalecimento da solidariedade social, e acima de tudo uma autonomia pedagógica, evitando assim, o triunfo da mediocridade ou mesmo da melancolia, pelo mau uso do smartphone.

CONCLUSÃO

A empoderada sociedade multicultural brasileira, se formou da fusão de culturas europeias, africanas, indígenas e asiáticas, enquanto a população se formou pela mescla física dos povos que trouxeram essas culturas, a população atual vive momentos de instabilidade nas suas inter-relações chamadas de crise civilizatória educacional.

Essa formação cultural se deu por meio do processo de incorporação intelectual, afetiva e tecnológica, entre indivíduos que interagem no ambiente socioeducacional brasileiro, para o equilíbrio econômico, político e ético da comunidade humana, para a preservação dos sujeitos socioculturais.

Justamente na relação entre o ensino e aprendizagem no ambiente educacional,

há um terreno fértil para discernir esses comportamentos antissociais que são perceptíveis pelo docente ao ministrar suas aulas.

A cybercultura trouxe expansão tecnológica para dizimar as desigualdades sociais, desde que, toda a sociedade esteja conectada ao mundo virtual e habilitada para o mercado em expansão tecnológica, sabendo usar as ferramentas digitais a seu favor. Esse mundo sem fronteiras, conectado virtualmente exprime uma ressalva desafiadora; a crise civilizatória e a nomofobia que têm afetado os mais diversos seguimentos da sociedade contemporânea, vê na educação digital o único caminho para mudar o contexto sociocultural do sujeito no eixo do tecnocentrismo. Assim se faz necessário colocar em discussão não só os efeitos das inovações da tecnociência, mas também, dos seus efeitos psicológicos advindos dessa modernidade em expansão.

Evidentemente que a educação tecnológica contemporânea tem o grande desafio em transformar o mau uso dos smartphones pela sociedade nomofóbica em um ambiente educacional, com ferramentas tecnológicas que visem a interação cultural, onde os atores educacionais possam usar suas conectividades para o crescimento cultural e a aproximação dos sujeitos no processo sociointeracionista para uma autonomia pedagógica cognoscente do seu

papel social criticista, que promova harmonia nas suas inter-relações e sapiência no uso das tecnologias para o benefício do sujeito no seu entorno.

O espaço educacional multicultural tecnológico deve ser priorizado por alternativas que visem superar as barreiras de isolamento entre os sujeitos e de doenças psíquicas, propulsionando um ambiente de aproximação cultural numa diversidade consciente que só, por meio da aprendizagem tecnológica e do processo sociointeracionista é que o sujeito adquirirá sua autonomia pedagógica e crescimento humanista e que chegaram a resolução dos conflitos socioculturais e suas diferenças socioeconômica.

Partindo dessa premissa, se faz necessário que toda a sociedade contemporânea educacional, se conscientize e busque firmar um compromisso de mudar esse cenário educacional antissocial e de isolamento que vive os sujeitos nomofóbicos no processo sociointeracionista, num cenário de uso consciente das ferramentas tecnológicas, que visam aproximar os sujeitos em pessoas mais humanas, menos egoístas, que se preocupa com o bem-estar do outro, e que usam as suas conectividades ao buscar resoluções problemas sociais, econômicos, culturais e tecnológicos, em ações favoráveis para a sociedade da cybercultura.

REFERÊNCIAS

BORGES, Luana. **NOMOFOBIA: uma síndrome no século XXI**. Artigo científico, Rio Grande do Norte-RN, 2016.

CRIPPA, José Alexandre. **Nomofobia: a dependência do telefone celular. Este é o seu caso?** Editora Veja, São Paulo, 2017.

ECO, Umberto. **Como Se Faz Uma Tese**. Editora Perspectiva, São Paulo-SP, 2002.

FILLOUXE, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Coleção Educadores. Editora Massangana, Recife-PE, 2010.

INSTITUTO DELETE. **Uso Consciente**. Disponível em: <<http://www.institutodelete.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

KING, Anna Lucia Spear. **Nomofobia: Dependência do Computador, Internet, Redes Sociais? Dependência do Telefone Celular?** Editora Atheneu, 1ª ed. Lebron-RJ, 2015.

NOVAS, Joana de Vilhena. **Do Homem-Máquina ao Corpo Descarnado: Sujeito, Corpo e Agenciamentos Culturais**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-RJ, nº 35, p. 119-127, 2010.

PÁDUA, Elizabete Matallo M. de. **Metodologia da Pesquisa-Abordagem Teórico-Prática**. Editora Papyrus, 13ª ed. Campinas-SP, 2004.

PINTO, Anamelea de Campos. **Formação do Pesquisador em Educação: Questões Contemporâneas**. EDUFAL-Editora da

Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2007.

PRADO, Edna Cristina do. **Múltiplos Olhares sobre Pesquisa em Educação**. EDUFAL-Editora da Universidade Federal de Alagoas, Maceió-AL, 2009.

QUENTES, Migalhas. **Lei institui Programa de Combate ao Bullying**. www.migalhas.com.br > migalhas quentes, 2015.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica-Para Alunos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação**. Editora Loyola, São Paulo-SP, 2005.

ROJO, Roxane. **Multiletramentos na Escola**. Editora Parábola, São Paulo-SP, 2010

_____. **As Teorias da Cibercultura: Perspectivas, Questões e Autores**. Resenhas Culturas Midiáticas. **Revista do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba**. Porto Alegre- RS, nº 8p. 1-10, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando A Educação- Diversidade, descolonização e redes**. Editora Vozes, 2. ed, Petrópolis-RJ, 2012.

TRAZZI, Rafael Manias. **O uso excessivo dos smartphones**. Artigo científico, 2016.

YONG, Kimberly. Internet Addiction: The emergence of new disorder. **Cyber Psychology and Behaviour**, Estados unidos, v. 1, n. 3, p. 237-244, ago.1996. Disponível em: <http://chabad4israel.org/tznius4israel/new_disorder.pdf>. acesso em 10/02/2018.

